

Não Aceitamos Como Fato Consumado a Entrega de Fernando Noronha aos EE. UU.

UNIDOS, FAÇAMOS PREVALECER A VONTADE DO POVO BRASILEIRO!

COUBE ao próprio chanceler Macedo Soares pôr a descoberto o que há de mais grave na cessão de Fernando de Noronha para base norte-americana de foguetes teleguiados: o caráter guerreiro desse ajuste, que atrela nosso país aos novos planos belicistas do Pentágono e nos coloca na zona de operações de qualquer conflito em que se envolvem os Estados Unidos.

A INSTALAÇÃO da base de teleguiados em Fernando de Noronha enquadra-se naqueles planos para a «guerra à vista» — a expressão é ainda do sr. Macedo Soares — que vêm no bôjo da Doutrina Eisenhower, «doutrina» que é a cobertura para o objetivo de ocupar o Oriente Próximo e Médio, onde os imperialistas ianques pretendem substituir os ingleses expulsos pelos povos árabes. Aquêles povos não aceitarão, jamais, quaisquer ocupantes imperialistas e estes têm consciência de que só pela força poderão levar à prática uma tentativa de «realizar» a Doutrina Eisenhower. Não por acaso o ministro do Exterior brasileiro — que agora se confunde com seus comparsas ianques — relaciona sua perspectiva de «guerra à vista» com a não solução do caso de Suez.

E' evidente que não somente Fernando de Noronha está nas cogitações do Pentágono. A ocupação da ilha é o primeiro passo para a ocupação de todo o nordeste e norte do país, onde seriam instaladas novas bases. Nesse sentido, o item 6 do acôrdo firmado é uma porta aberta. Aquela cláusula não está no acôrdo por acaso, e ali foi incluída como ponto de partida para novas concessões, a serem exigidas em nome do «aumento das responsabilidades militares» do Brasil.

O GOVERNO do sr. Juscelino Kubitschek, e o presidente da República

pessoalmente, assumiu uma responsabilidade gravíssima, à revelia do povo e contra sua vontade. O povo não pode aceitar essa responsabilidade, não pode concordar com um ato que o expõe às mais graves consequências e envolve seus próprios destinos. As forças patrióticas tinham razão quando se levantaram contra a ameaça de entrega da base, denunciando energicamente a significação do fato para a segurança nacional e a soberania de nossa pátria. A ameaça agora se concretizou, e suas consequências não podem ser subestimadas pelos patriotas, por todos aquêles que querem a paz e não aceitam que o Brasil seja envolvido nas aventuras bélicas dos Estados Unidos. A luta contra a cessão da base despertou a vigilância patriótica, elevou o sentimento da juventude e de todos que se opõem àquele atentado à nossa soberania. O caminho, agora, é continuar lutando e protestando, exigir que a questão seja levada ao Parlamento e que este faça valer a vontade popular e os interesses do Brasil.

O MOMENTO é de União. União de todas as forças democráticas e patrióticas, de dentro e de fora do governo, para a luta que se trava contra a ameaça imperialista de trazer a guerra para nossas costas e nossos lares, agora expostos às bombas de qualquer adversário eventual dos EE. UU. que, inevitavelmente, atacariam as bases deste onde quer que estivessem. Não se pode cruzar os braços diante de tão grave ameaça. São imensas, em nosso país, as forças que desejam uma política de paz e independência nacional, que não concordam em envolver nosso país nas aventuras bélicas de uma potência estrangeira — aventuras que, se forem tentadas, estarão irremediavelmente condenadas ao fracasso e só poderão arrastar ao desastre aquêles que nelas se envolvam. Se essas forças se unirem, serão vitoriosas.

VOZ OPERÁRIA

Nº 401 Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1957



Nova e Grave Concessão de J.K. Aos Inimigos das Liberdades

BOLETIM DE DEBATE

ARTIGOS DE:

- ★ João Amazonas — As massas, o indivíduo e a História.
- ★ Armando Lopes da Cunha — Quem, afinal, revê o marxismo, deformando-o?
- ★ João Batista de Lima e Silva — Auto-crítica ou volta ao passado?
- ★ Camilo Souza — Sobre a disciplina e a proletarização do Partido.

DATA NACIONAL DO SUDÃO

A União Soviética, que defende a independência dos povos, sempre exprime essa atitude solícita para com os países. Eis, na foto, durante a recepção oferecida pelo embaixador do Sudão na URSS, Mohamed Hamad El Nil, para comemorar a data da independência do seu país, aquêles titulares em companhia de Bulgarin, Mitkhan e Shepilov, que compareceram à festa na embaixada do Sudão em Moscou (TASS).



A SUSPENSÃO do funcionamento da Federação das Mulheres do Brasil e a da Associação Feminina do Distrito Federal, pelo presidente da República, é mais uma concessão do sr. Kubitschek aos reacionários de dentro e de fora do governo e à política de supressão gradativa das liberdades democráticas, exigida pelos colonialistas norte-americanos. Anteriores concessões já haviam sido feitas, com o fechamento da Liga da Emancipação Nacional e outras organizações. Novos processos estão em curso, à base do anticomunismo sistemático, visando diversas entidades, entre as quais a prestigiosa União Nacional dos Servidores Públicos. Os processos têm origem no conluio DOPS-Pena Boto-Nereu Ramos. No caso da FMB e da AFDF, seus dirigentes desmaçaram a provocação, inicialmente urdida por Pena Boto e completada pelo coronel Luna Pedrosa, mas o sr. Ne-

reu Ramos pôs de lado os fatos e levou a cabo a farsa policial, finalmente encampada pelo sr. Juscelino Kubitschek.

AMEAÇA A IMPRENSA POPULAR

Não somente entidades democráticas estão ameaçadas ou tiveram seu funcionamento suspenso. O principal objetivo da reação e de seus mentores norte-americanos é um passo gravíssimo. Em face desta ameaça torna-se urgente que se unam as forças democráticas, para exigir do governo o respeito às liberdades constitucionais, condição primeira para que o próprio governo possa contar com o apoio popular, sem o qual ficaria à mercê dos imperialistas norte-americanos e de seus agentes e partidários no país.

Repulsa nos Países Arabes Contra A Plataforma Colonialista de Eisenhower

A introdução, na cena internacional, da «doutrina Eisenhower» para o Oriente Médio e Próximo, numa aplicação regional da velha doutrina de Truman, sob cuja

égide desenvolveram-se alguns dos mais perigosos episódios da guerra fria, assinala, cada vez com maior clareza, o deliberado intuito da diplomacia norte-americana

de alimentar, por todos os meios, um novo período de tensão internacional. A essência da doutrina Eisenhower é o suposto direito de intervenção dos Estados

Unidos na vida dos países Arabes, a pretexto de livrá-los da agressão comunista, embora não seja qualquer país comunista mas os Estados capitalistas (entre os quais com destaque, os Estados Unidos) que exploram monopolisticamente as riquezas da região, derrubam governos legais como o do dr. Mossadegh, ou agredem povos que lutam pela emancipação nacional, como o egípcio.

Paquistão, Iraque e Irã) que já adianta algo mais, pois ameaça diretamente à Síria, acusando-a pela interrupção do oleoduto que percorre seu território, embora seja sabido que esse ato foi decorrente do apoio da Síria ao Egito, durante a agressão imperialista.

no Oriente Próximo, ao abrigo da força, para ocupar as posições abandonadas por outros colonialistas».

O fato de que, nos últimos anos, tenham fracassado todas as tentativas de maior envergadura para oprimir os povos Arabes exaspera os doutrinadores da força que perderam qualquer possibilidade de concorrer pacificamente com os países socialistas na ajuda desinteressada aos povos subdesenvolvidos.

DESTINO VERGONHOSO

Por isso as frases amáveis, proclamadas pelos dirigentes norte-americanos, a respeito de emularem com o mundo socialista, são agora, substituídas por novas manifestações de força que visam a atemorizar não só os países Arabes mas os povos subdesenvolvidos, em seu conjunto.

Quando, há algum tempo, o Foreign Office articulou o Pacto de Bagdá, parecia quimérico vaticinar que, dentro de alguns meses, ele estaria reduzido ao instrumento caduco que ora se revela. O mesmo destino vergonhoso aguarda, entretanto, a «Doutrina Eisenhower». Ela não apresenta em seu apoio qualquer base nova, diversa daquela em que buscou firmar-se o acordo de Bagdá. Em compensação, as forças que o combatem são agora, incomparavelmente mais fortes, principalmente depois da grande vitória do Egito.

A PROPOSTA SOVIÉTICA DURANTE A CRISE

Durante a crise egípcia, o Governo da União Soviética propôs ao dos Estados Unidos uma ação conjunta para garantir a plena liberdade dos povos Arabes indo ambas as nações, se necessário, ao emprêgo de forças armadas para impedir a agressão já em andamento contra aquele país. Se, de fato, houvesse a menor intenção norte-americana de não interferir na vida interna dos Estados Arabes a proposta soviética, naquele momento, poderia servir de base para a plena garantia da independência dos povos do Oriente Médio.

Mas, em lugar de tomar qualquer atitude positiva, ou de propor soluções que lhe parecessem justas nos quadros da ONU, o governo norte-americano procura, com sua doutrina agressiva, assumir o comando do bloco imperialista na luta contra os Arabes. Assim a definiu, com plena justeza, o primeiro-ministro Bulganin, ao dizer: «A recente proclamação da doutrina Eisenhower prova que os Estados Unidos não querem renunciar à «guerra fria». Essa doutrina não é mais que um plano de expansão econômica e política

DISPENSAM A PROTEÇÃO

Essa posição da Casa Branca provoca a maior repulsa dos países diretamente interessados que, em nota conjunta, já a condenaram, nos termos da nota emitida pela reunião conjunta dos representantes do Egito, Síria, Arábia Saudita e Jordânia. Uma primeira coisa se revela, portanto: os países aos quais se diz «proteger» dispensam a chamada proteção, não se sentem face a qualquer ameaça de nenhum país comunista e, com isso, a «doutrina» apresenta-se como um ato unilateral de grande potência, visando a ditar sua vontade a outras nações.

Por outro lado, a proclamação da política norte-americana feita por Eisenhower constitui um atestado de óbito ao Tratado de Bagdá, para o imperialista britânico destinada a travar a luta de independência do mundo árabe. Verifica-se que o fracasso da agressão anglo-francesa ao Egito nassou a ser considerado pelo Departamento de Estado como sinal para substituir-se a seus sócios e concorrentes naquela zona do mundo. Precisamente nessa linha processou-se, há dias, uma conferência dos países do Pacto de Bagdá (Turquia,

Governo da capital lanque, onde conferenciou com as autoridades do FBI, a ditadura planejada intensificar os assassinatos, visando particularmente os comunistas.

APÊLO A SOLIDARIEDADE

Em seu apêlo, a Juventude Socialista «pede aos jovens do mundo que desenvolvam uma grande ação de solidariedade para paralisar o tenebroso plano do imperialismo lanque e de seus verdugos, a tirania genocida de Batista».

«Os embaixadores de Cuba no estrangeiro devem sentir calor e a força da solidariedade juvenil — prossegue o apêlo — Estes crimes genocidas devem ser conhecidos por todos os países para desmascarar o servilismo da tirania de Batista, porta-voz dos imperialistas lanques na ONU. Nossa solidariedade nos é valiosa agora mais do que nunca!»

EM MENOS DE UM MÊS: MAIS DE CEM JOVENS ASSASSINADOS PELA TIRANIA DE BATISTA

EM MENOS de um mês mais de cem cubanos, em sua maioria jovens, foram assassinados pela polícia da ditadura de Fulgêncio Batista, instaurada em Cuba sob as ordens do Departamento de Estado lanque. A denúncia é feita em documento da Juventude Socialista Cubana, que apela à solidariedade dos povos continentais à sua luta para deter a mão sanguinária da tirania de Batista.

O recrudescimento do terror começou com o metralhamento de um desfile de estudantes (10 baleados e mais de 100 espancados selvagemmente em 27 de novembro do ano findo. A 30 de novembro foi reprimido ferozmente um movimento de 300 jovens da organização «26 de Julho», que se levantaram em Santiago de Cuba, exigindo democracia. Uma onda de terror começou a partir de então, a varrer o país.

ASSASSINATOS EM MASSA

Os jovens prisioneiros de Santiago de Cuba e Sul do Oriente veem sendo torturados selvagemmente na prisão e muitos já foram assassinados. A polícia, quando anuncia a morte de algum deles declara cingicamente que se tratou de «morte misteriosa». Cons-

APÊLO À SOLIDARIEDADE DOS POVOS DO CONTINENTE À LUTA DO POVO CUBANO CONTRA O TERROR

tantemente são anunciadas novas «mortes misteriosas» de prisioneiros. Ao mesmo tempo, o terror é voltado contra o movimento operário e o Partido Socialista Popular.

No dia 25 de dezembro, enquanto nos lares celebravam o Natal, 22 cidadãos de diversos partidos políticos foram arrancados de suas casas por forças do Exército e levados para local ignorado. No dia seguinte 20 deles foram encontrados mortos a bala, e os outros 2 enforcados. Isso ocorreu na Zona Norte da Província de Oriente de Cuba, onde os investimentos dos imperialistas lanques na indústria de níquel e de acucar atinge 75 milhões de dólares e onde os americanos exigem do governo de Batista a mais violenta repressão ao movimento operário.

Depois desses crimes, outros cidadãos, em número de oito, foram assassinados, do mesmo modo, em Santiago de Cuba e em Las Villas. Centenas de operários têm sido selvagemmente torturados nas prisões, onde há milhares de prisioneiros políticos. Sabe-se que, após a volta do Ministro do

O VI FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE



Os jovens soviéticos se preparam para o VI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a ter lugar, no verão deste ano em Moscou. Anastacia Bautina e Galina Dobrokvashina, que são estudantes na cidade de Chkalov, região do Volga, exibem duas belas bordas, que bordam, com verdadeiro carinho, para figurar no Festival (TASS).



Vitória Democrática do Socialismo na Polônia

Da Polónia, nos últimos meses, tem vindo algumas das lições mais importantes para o movimento socialista mundial. Se, antes, a realização do processo de Poznan demonstrara cabalmente que pertenciam ao passado os métodos de violação da legalidade socialista; se, posteriormente, a ascensão de Gomulka significara, ao mesmo tempo, a afirmação da soberania nacional e a decisão de garantir o caminho para o socialismo, obstruído pelos mesmos que desencadeavam o terror contra as críticas das bases e se afastavam das massas, as eleições ocorridas no dia 20 de janeiro reafirmam a linha de desenvolvimento que já se acentuara nos últimos meses. Aos êxitos anteriores, agregou-se mais um, de significado invulgar.

Naqueles dias de apreensão, quando o destino da Polónia estava preso por um fio e um simples erro da direção governamental e partidária poderia conduzir o país ao caos de uma guerra civil que poderia ser o prólogo de um conflito mundial, Gomulka afirmou que dentro em breve o povo não apenas votaria, mas também escolheria seus dirigentes. Foi o que se deu, agora.

E a primeira grande lição do pleito é de que não há nenhum motivo para temer ir ao povo, indicando-lhes as dificuldades e organizando-as para as soluções justas. Precisamente foi o que se deu na Polónia, onde a democratização do regime e do Partido não se ateve a simples palavras, nem sofreu vacilações, mas se processou livremente, na imprensa e fora dela. Por isso, no momento mais agudo da crise, os comunistas e as massas, em sua esmagadora maioria, já haviam escolhido o verdadeiro caminho e puderam lutar, com êxito, nas duas frentes: combatendo a reação interna e exterior (interessada em desviar as exigências do povo para um sentido, contra-revolucionário) e aqueles burocratas empedernidos que por seus crimes e erros, procuravam a crise política e econômica, a efervescência nacional e, dessa maneira, prepararam o terreno, em que procuravam espalhar-se os elementos da restauração capitalista.

Na Polónia, a discussão corajosa e pública de todos

os problemas conduziu à correção dos grandes males sem derramamento de sangue. Na Hungria, a direção estatal e partidária não assumiu as devidas responsabilidades e os grandes culpados, como Rakosi, Geroe e sua camarilha, tentaram deter as reivindicações populares, de comunistas e não comunistas, no sentido da democratização socialista e da independência nacional. Não foi a denúncia dos erros, mas a perseverança nêles que levou à revolta.

As listas eleitorais da eleição de domingo, foram elaboradas pela Frente Nacional que engloba o Partido Operário Unificado da Polónia, o Partido Camponês Unificado e o Partido Democrata, compreendendo 720 candidatos para o preenchimento de 459 cadeiras da nova Dieta. Os eleitores tiveram, assim, ampla margem de escolha, reforçada pelo exercício do voto secreto. Tudo isso conduziu a maior reforço democrático e à expressão da ampla confiança popular: de um modo geral, as listas não foram alteradas, respeitando-se a ordem de apresentação dos candidatos escolhidos em comícios e reuniões diversas. O comparecimento maciço às urnas diz bem, por outro lado, do interesse que despertou o pleito, decisivo para os destinos da Polónia e os próprios rumos do socialismo em outros países europeus.

A estabilidade agora alcançada pelo regime popular polonês é um motivo de grande alegria. As dificuldades de ordem nacional e internacional que puseram em risco o próprio regime não eram, como se vê, oriundas do socialismo, mas de sua violação. E foi precisamente pela união estreita da teoria e da prática, pela autocrítica profunda dos desvios e irregularidades, pela restauração das relações com os demais países socialistas na base do verdadeiro internacionalismo e a afirmação de plena repulsa às provocações do imperialismo que os comunistas e as outras forças progressistas da Polónia puderam encaminhar-se para novas vitórias. Claro que o dogmatismo moribundo ainda tentará resistir. Mas a luta travada durante longos anos pelas forças mais vivas da Polónia é uma garantia de que o velho será cada vez mais banido e que as ideias novas continuarão a vivificar um patrimônio teórico e prático que é comum a todos os comunistas.

Política de Guerra e Submissão aos EE. UU. A "Segunda Posição" do Sr. Macedo Soares

PREVENDO O INÍCIO DA GUERRA NA AFRICA, O MINISTRO DO EXTERIOR CONFESSA QUE A BASE DE FERNANDO DE NORONHA SERÁ POSTA A SERVIÇO DOS PLANOS AGRESSIVOS ANGLONORTE-AMERICANOS CONTRA O EGITO E DEMAIS POVOS ÁRABES — PALAVRAS E FATOS QUE SE COMPLEMENTAM

O infeliz acôrdo assinado esta semana para a instalação de uma base norte-americana de foguetes teleguiados em Fernando de Noronha não pode ser apreciado, unicamente, do ponto de vista do funcionamento de ins-

tações militares estrangeiras em nosso território. Este fato já é de enorme gravidade, contrário aos interesses da soberania nacional e às aspirações pacíficas do povo brasileiro. Mas isto não é tudo, ainda.

Ao ceder Fernando de Noronha para a instalação de uma base norte-americana de teleguiados, o governo de sr. Juscelino Kubitschek, não obstante as resistências que ainda se manifestam em seu seio, entra no plano inclinado das concessões à política de guerra e colonialismo dos círculos dirigentes dos Estados Unidos. Isto é, aliás, o que deixa evidente o ministro do Exterior, sr. J. C. Macedo Soares que ora se revela digno sucessor dos entreguistas João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, conhecidos paus-mandados

do Departamento de Estado Norte-Americano.

POLÍTICA DE PREPARAÇÃO DE GUERRA

De fato, ao justificar este acôrdo lesivo que todo o nosso povo repete, o sr. Macedo Soares anuncia, em entrevista aos jornais, uma modificação na orientação política externa que vinha seguindo o atual governo. Embora, como é evidente, não tenha de nenhum modo rompido com a subordinação à política exterior dos Estados Unidos, o atual governo vinha, de algum modo, resistindo, até que, a algumas exigências do governo norte-americano, como se manifestou, particularmente, no caso dos acôrdos atômicos, na defesa da Petrobrás,

eventualidade de um conflito armado. Segundo deixa claro o sr. Macedo Soares trata-se, na realidade de colocar o Brasil à serviço dos planos de agressão e colonialismo dos monopólios e governantes dos Estados Unidos.

Quem ameaça o Brasil? Quem ameaça agredir, qual quer país do continente americano?

Não existe nenhuma ameaça extracontinental neste sentido. Somente os cinicos podem afirmar, como o faz «O Globo», que a União Soviética pretende «dominar e escravizar» os povos dos países deste continente. Ainda quando existisse semelhança - objetivo e a realidade histórica o desmente a todo momento - sua realização seria totalmente impossível. Nenhum militar seria capaz de admitir a simples possibilidade técnica de uma agressão da URSS aos países americanos, ainda quando por paixão política não quisesse admitir o esforço do governo e dos povos soviéticos em favor do alívio da tensão internacional e da coexistência e convivência pacífica entre os diversos Estados.

de Suez ainda não está resolvido.

Al está o nó da história. O sr. Macedo Soares e várias outras figuras do governo inclusive o próprio presidente Kubitschek, pretendem ingressar na política da «segunda posição» (isto é, de beligerância ativa ao lado dos aliados), porque não foi resolvido ainda o caso de Suez. Noutras palavras: pretende-se dar ao Brasil o ignominioso papel de auxiliar do banditismo colonialista tramado pelos aliados (isto é, Estados Unidos, Inglaterra e França) contra as aspirações de independência e plena soberania do povo egípcio e demais povos árabes.

PALAVRAS E FATOS QUE SE ENQUADRAM

Não é por acaso que o sr. Macedo Soares se apressa em localizar em torno do continente africano (onde se encontra o Egito e Suez) o início de um terceiro conflito mundial. «Todos sabem — declarou aos jornais — que se para desgraça da humanidade, se realizar o prognóstico hoje corrente de uma terceira guerra mundial, possivelmente, e até provavelmente, o NORDESTE BRASILEIRO SERÁ O PRIMEIRO TEATRO DA LUTA».

Para que o nordeste brasileiro se torne o primeiro teatro da luta é necessário que esta guerra tenha início na África e que o Brasil seja nela envolvido.

Não é por acaso, além disso, que tais declarações são feitas a propósito de acôrdos para a instalação de uma base norte-americana de teleguiados em território brasileiro. Como se recorda, quando da brutal agressão anglofrancesa contra o Egito, foi a advertência do governo soviético aos governos de Londres e Paris sobre a possibilidade do emprego de foguetes teleguiados para repelir os agressores que apressou a aceitação, pela França e a Inglaterra de decisão, da ONU de suspensão das hostilidades e retirada das forças invasoras.

NENHUM PATRIOTA CONCORDARÁ

Assim, as palavras do sr. Macedo Soares e os fatos se enquadram perfeitamente para definir o sentido da cessão de bases aos norte-americanos e desta chamada política de atrelar o Brasil política da «segunda posição». Trata-se, na verdade, de uma tentativa intolerável de atrelar o Brasil ao carro de guerra dos agressores norte-americanos, para o avassalamento dos povos asiáticos e africanos que procuram consolidar sua independência nacional e para o avassalamento de nosso próprio povo.

Nenhum patriota brasileiro, compreendendo o verdadeiro sentido da instalação da base, inane em Fernando de Noronha, poderá admitir seja mantido o acôrdo assinado pelo sr. Kubitschek com o governo lanque, nem que se concretize, em qualquer outro ato, esta política de provocação de guerra e entreguismo, advogada pelo sr. Macedo Soares.

Novo Plano Entreguista Para o Petróleo Fabricado Pelos Trustes Nos EE.UU.

«COOPERAÇÃO» DE CAPITAIS ESTRANGEIROS COM A PETROBRÁS — O ESTADO INICIALMENTE «CONTRALARIA», MAS TERMINARIA SOB O CONTRÔLE DOS MONOPÓLIOS — UTILIZAÇÃO DA VELHA CHANTAGEM DA «GUERRA IMINENTE»

A pressão norte-americana para a cessão de base em Fernando de Noronha não vem desacompanhada. Ela se entrelaça com diversas outras exigências colonialistas dos Estados Unidos em relação ao nosso país, exigências agora fundamentadas, como num passado ainda recente, na chantagem do «perigo iminente de guerra».

O sr. Macedo Soares, ministro do Exterior, levantou uma ponta do véu na entrevista que concedeu recentemente à Associated Press sobre as negociações para a cessão de Fernando de Noronha. Ali o chanceler do sr. Juscelino Kubitschek faz-se porta-voz da chantagem norte-americana da «guerra iminente», inclusive quando se refere à passagem de uma «terceira posição» à «segunda posição». De acôrdo com explicações dadas pelo «O Globo», a segunda posição seria a de «beligerância limitada».

PETRÓLEO E MINERAIS ATÔMICOS

Esgrimindo, assim, com a necessidade de acelerar os preparativos de guerra e reclamando a inclusão do Brasil nesses preparativos, o governo norte-americano pretende obter, para os trustes, concessões há muito reclamadas e repelidas, até agora, pela vigilância e a ação unitária da esmagadora maioria de nosso povo.

O petróleo e os minerais atômicos encontram-se, em primeiro plano, entre as concessões reclamadas do Brasil pelo governo norte-americano para uma suposta «defesa comum» do «mundo ocidental».

Não existe nisto a menor parcela de fantasia. Justamente agora, paralelamente com o desenvolvimento das negociações sobre Fernando de Noronha, a imprensa entreguista, sobretudo a do Rio e de São Paulo, se lança violentamente contra a «Petrobrás». E todos esses jornais esgrimem o argumento de que o Brasil terá de parar, por falta de combustível, se rebentar uma nova guerra e se não nos prevenirmos contra tal eventualidade, abrin-

do as portas à colaboração do capital estrangeiro».

O «argumento» é velhissimo e serviu de base, por exemplo, a toda a campanha antinacional sustentada pelo sr. Juarez Távora, antes e depois da constituição da «Petrobrás».

UMA CHANTAGEM

Evidentemente, nada há de mais falso que a afirmação de que «o Brasil parará por falta de combustíveis em caso de nova guerra». Durante o último conflito mundial, o Brasil quase não extraía petróleo de seu subsolo, não possuía nenhuma refinaria, nenhuma frota de petroleiros. E, apesar das dificuldades, o nosso país não parou nem foi economicamente estrangulado. Hoje temos uma produção diária de 31.000 barris de petróleo (récorde atingido no mês de novembro do ano passado), refinarias que abastecem o país de mais de dois terços da gasolina que consumimos e um número de petroleiros, ainda insuficiente, é verdade, mas capaz de, em qualquer emergência, concorrer em grau importante para o transporte de óleo bruto da Venezuela, por exemplo, aos portos nacionais. E não somente isto. Temos condições de, com os recursos da própria «Petrobrás» e outros que se podem reunir num caso de emergência, intensificar amplamente a exploração do petróleo em nosso território, sem qualquer abandono do regime de monopólio estatal.

A realidade é que, em matéria de combustíveis líquidos, a situação atual do Brasil é muitíssimo superior à que existia quando rebentou a segunda guerra mundial.

O NOVO PLANO ENTREGUISTA

Não obstante, esgrimindo com o surrado pretexto da «guerra iminente», o governo norte-americano, os trustes e seus lacaios entreguistas procuram encontrar todas as formas possíveis para romper a lei da «Petrobrás». «O Estado de São Paulo», da semana passada, nos dá notícias de um plano que, neste sentido, está sendo elaborado nos Estados Unidos. Este consistiria numa suposta co-

laboração do capital particular numa empresa que não perderia seu caráter estatal» (a Petrobrás). A Petrobrás aceitaria, por exemplo, «a colaboração do capital particular, concedendo-lhe, inclusive, a maioria das ações mas subordinando-a a uma série de medidas de supervisão do Estado, a quem se concederá o direito de veto sobre determinados pontos».

«O Estado de São Paulo», que é um dos porta-vozes do entreguismo atinge o cúmulo do cinismo ao considerar tal manobra «uma homenagem ao nosso país!».

A verdade conhecida pela experiência mundial é que os trustes, ainda com o mínimo de capital, passam a exercer paulatinamente o controle das empresas de que participam, mesmo quando estas se encontrem sob supervisão do Estado. O próprio Estado é que, muitas vezes, passa ao controle dos trustes.

A manobra insidiosa para a entrega do petróleo brasileiro aos trustes fica, assim revelada. Os partidários da solução nacionalista para o problema do petróleo e todo o povo não descuidarão, certamente, na defesa vigilante da lei da Petrobrás, nem permitirão que, através de concessões aos planos belicistas dos governantes norte-americanos, o atual governo coloque nosso país numa dependência colonial aos monopólios lanques.

Agora o sr. Macedo Soares considera superada esta posição na qual o governo brasileiro procurava, ainda, uma relativa independência diante do governo norte-americano. A seu ver, devemos abandonar esta «terceira posição» e «nos preparar para a segunda posição em face de um conflito, isto é, ao lado dos aliados».

Assim, a política externa brasileira, pela palavra de seu executor, deve passar a uma política de «preparação para a guerra» ao lado «dos aliados».

Evidentemente, tal orientação nada tem a ver com as promessas solenes do sr. Kubitschek, quando candidato e ainda depois de eleito, de seguir uma política de defesa e manutenção da paz, baseada no entendimento e cooperação com todos os povos, sem quaisquer discriminações de ordem ideológica.

DEFESA, CONTRA QUEM?

Mas por que seguirmos uma política de preparação de guerra, quando todo o nosso povo exige uma política de defesa da paz?

Não se trata, como dizem as notas trocadas entre o governo brasileiro e o norte-americano de assegurar «a defesa do continente» na

IMPORTANTE APÊLO DA VOZ OPERÁRIA

Os jornais populares atravessam difícil situação. São gravemente atingidos pelo aumento dos preços das utilidades necessárias à sua feitura, assim como pela alta do custo de vida em geral. Por outro lado, intensificam-se as tentativas do governo, que faz concessão aos incendiários de guerra norte-americanos, no sentido de golpear a liberdade de imprensa, visando a reduzir ao silêncio os jornais que defendem a paz, a soberania nacional e a democracia para o nosso povo.

Um exemplo do aumento das despesas que têm os órgãos populares está no aumento do preço dos fretes aéreos e das tarifas postais e telegráficas, a que já nos temos referido. Desta citar que, em virtude das emendas à lei do inquilinato, postos em vigor recentemente, a VOZ OPERÁRIA passará a pagar de aluguel pelas exigidas dependências em que funciona a quantia de Cr\$ 11.000,00 mensais. No entanto, até aqui vinhamos pagando Cr\$ 2.500,00. Estas cifras dão idéia de nossa situação.

Por isso mesmo, urge protestar por todas as formas possíveis contra as tentativas de estrangulamento e as medidas repressivas, que visando aos órgãos mais destacados da luta pela paz e a soberania nacional atingem, entretanto, toda a imprensa. A VOZ

OPERÁRIA faz nesse sentido um duplo apêlo, e está certa de que contará para isso, com o necessário apoio: 1 — Pede aos seus leitores, amigos, assinantes, todos aqueles que sabem o que representa este jornal, que tomem todas as iniciativas ao seu alcance para a manutenção do seu semanário político, entre as quais as listas de contribuição em dinheiro, e remetam essas listas ou valores para a Av. Rio Branco, 257, 17 andar, sala 1712, em nome do diretor do jornal. 2 — Adverte contra as ameaças que pairam novamente sobre os jornais populares e pede a solidariedade de todos os democratas, por meio de telegramas de protesto ao sr. Juscelino Kubitschek, ao sr. João Goulart, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. Nesses telegramas, cartas, etc., sugerimos que seja citada como novo instrumento das ameaças à liberdade de imprensa a recente entrevista do Cel. Luna Pedrosa, Diretor da Divisão de Polícia Política e Social, em que essa autoridade mais uma vez declara estar empenhado em medidas contra a imprensa. Essas medidas, anticonstitucionais, antidemocráticas, ilegais, que encerram objetivos guerreiros, devem, por isso mesmo, merecer imediata repulsa popular.

Como Agiram os Contra-Revolucionários na Hungria

EM NOSSA edição anterior publicamos a primeira parte da resolução adotada pelo Comitê Central Provisório do Partido Operário Socialista Húngaro, em pleno realizado nos primeiros dias de dezembro, à base de Informe de Janos Kadar sobre os acontecimentos de outubro e as tarefas do Partido. A parte por nós publicada refere-se às causas dos acontecimentos iniciados a 23 de outubro, em Budapeste. A seguir reproduzimos a segunda parte do documento, que faz a análise dos acontecimentos e da situação por eles criada, na Hungria.

OBJETIVO DAS GRANDES MASSAS

Os acontecimentos que se desenvolveram no país se distinguem um do outro, quanto ao tempo, ao local e até mesmo a certos períodos.

A maioria da juventude, que a 23 de outubro, participou das manifestações em Budapeste, movida pela cólera provocada pelos erros e pelos métodos de direção da camarilha Rakosi-Geroe, saiu à rua com o propósito de conseguir acabar com esses erros, para que, fortalecendo as bases do regime popular democrático, o país marchasse pelo caminho da edificação do socialismo. Na província isso se manifestou de maneira ainda mais aguda e clara nos pronunciamentos das massas trabalhadoras nas manifestações.

Nó entanto, todo aquele que participou dos acontecimentos de outubro sabe que já nas horas que precederam o levante armado em Budapeste — nas manifestações de estudantes — surgiram palavras de ordem e reivindicações tão claramente contra-revolucionárias como: «Fora a estrela vermelha!», «Acabemos com o tratamento de camarada», «Sim, sim, jamais!» (Palavra de ordem horthyista-revanchista — Nota do tradutor), e ali mesmo começou o incêndio de bandeiras vermelhas.

A CONTRA-REVOLUÇÃO DISSIMULA-SE

A contra-revolução, porém, durante muito tempo se dissimulou cuidadosamente perante as massas e somente a 30 de outubro, por ocasião da trégua, manifestou-se abertamente, sem máscara. Todas as forças contra-revolucionárias que, nessa ocasião, nas ruas, se entregavam ao aniquilamento feroz de comunistas e de operários de tendências progressistas, de camponeses e de intelectuais, já nas primeiras horas do levante de 23 de outubro participavam organizada e conscientemente exercia influência sobre os acontecimentos com a finalidade de atingir seus próprios objetivos. Mindzenty, B. Sabor, o príncipe Liechtenstein, o conde Tokach Tolvai, o príncipe Esterházy e outros, lutando abertamente pela restauração do capitalismo, representavam essas mesmas forças.

É perfeitamente claro a todos que as operações militares com a participação de grupos diversionistas, orientadas para o assalto a estações de rádio, e ao mesmo tempo para a tomada dos principais objetivos militares e estatais certos setores com ligações internacionais como a estação de telefônica Josef Vorocha, a estação ferroviária ocidental, a estação de rádio Laquiched, o aeródromo Ferijed, a fábrica de material bélico e o depósito de munições na rua Timot, não podiam ser organizadas por estudantes, participantes da manifestação pacífica de 23 de outubro, mas somente por diversionistas contra-revolucionários bem treinados e possuidores de vasta experiência.

O OBJETIVO DA CONTRA-REVOLUÇÃO

É claro, também, que o objetivo da contra-revolução não era corrigir os erros e sim derrubar o poder popular, acabar com o Estado da República Popular da Hungria e com suas conquistas socialistas. Ao problema de saber-se qual o caráter no fundo do levante armado de 23 de outubro na Hungria, se foi uma revolução ou uma revolução nacional, perante os fatos só podemos dar uma resposta, a de que não foi nem uma e nem outra coisa. Foi uma contra-revolução. Essa verdade precisa ser dita até mesmo considerando-se sabermos que, por seus objetivos, propósitos e sentimentos, a maioria esmagadora das massas populares que se ergueram durante esses acontecimentos em nosso país não eram contra-revolucionários, e sim trabalhadores honestos, patriotas autênticos, filhos abnegados da República Popular da Hungria.

As massas populares que participaram nos acontecimentos de outubro levadas por intenções sinceras devem aprender a lição amarga de que o movimento armado contra o regime estatal de uma República Popular Democrática e contra seus institutos serve aos objetivos da contra-revolução até mesmo quando ele é realizado por aqueles que não visam a tal objetivo. Exatamente da mesma forma, todos aqueles que, durante a luta armada contra a República Popular da Hungria, participaram nas greves e manifestações, embora sob palavras de ordem econômicas e políticas perfeitamente justas, deveriam também compreender que, com suas manifestações, reduziram a força do regime estatal da República Popular da Hungria, assim de fato aumentando as possibilidades de contra-revolução, que, como sabemos, lutava pela derrocada do poder da classe operária.

O PAPEL DE IMRE NAGY

Referindo-se aos acontecimentos de outubro, devemos apontar o papel negativo representado, nesses dias, pelo governo de Imre Nagy. A ofensiva das forças contra-revolucionárias foi facilitada pela impotência do governo e pelo seu desvio ininterrupto no sentido da direita, o que é confirmado pela aceitação de exigências tais como, por exemplo, a proclamação arbitrária da neutralidade sem garantia, a denúncia ilegal e imediata do Tratado de Varsóvia, o pedido de intervenção da O.N.U., o apelo à resistência contra as forças soviéticas convidadas a ajudar para desbaratar as forças da contra-revolução, a permissão da atividade e dos atentados dos partidos contra-revolucionários e também a proclamação de um sistema multi-partidário que não significa nada mais do que repúdio aos princípios do socialismo. O governo de Imre Nagy, a cuja frente se encontrava um comunista, ocultava e dissimulava com o seu nome, perante

as massas, a sua inoperância contra as forças da contra-revolução e o desencadeamento do terror branco, impedindo que se tivesse plena consciência das proporções reais assumidas pelo perigo da contra-revolução.

A SITUAÇÃO ATUAL

As particularidades essenciais apresentadas pela situação atual são as seguintes: a 4 de novembro e nos dias subsequentes foi derrotada a manifestação armada da contra-revolução contra a República Popular da Hungria. Depois disso a contra-revolução recuou e novamente usou sua tática anterior, dissimulando-se com as palavras «revolucionário» e até mesmo «operário» suas palavras de ordem, claramente contra-revolucionárias, abertamente proclamada e já em realização no período entre 30 de outubro e 4 de novembro. A contra-revolução novamente procurou impô-las às massas, conclamando os trabalhadores à greve e ao boicote. Depois que as greves e os boicotes foram desprezadas pelo bom senso da esmagadora maioria dos operários, camponeses e intelectuais que ansiavam por trabalho, ordem legítima e paz, a contra-revolução abandonou essas palavras de ordem e recorreu a novos meios de luta.

NOVA TÁTICA

Nessa situação, a pretexto de lutar contra os «stalinistas» e «rakosistas» a contra-revolução passa a perseguir os comunistas. Em todos os lugares em que pode, ela procura afastar das instituições estatais, das usinas e empresas os comunistas, simples e honrados operários, camponeses, intelectuais e pessoas progressistas. Aqueles que hoje a contra-revolução persegue como «stalinistas» e «rakosistas» são em sua esmagadora maioria autênticos patriotas. Durante o regime de Horthy lutaram subterraneamente pela libertação da classe operária e do campesinato. Durante a Segunda Guerra Mundial essas pessoas fizeram luta de guerrilha contra o hitlerismo, pela independência do país, e depois da libertação lutaram pela Reforma Agrária, pela nacionalização das fábricas, minas e bancos e pela instalação do poder popular. A maioria esmagadora dessas pessoas lutou contra a velha direção partidária. E se, até mesmo nos anos passados, erraram, erraram junto com o Partido, e hoje junto com o Partido corrigem os erros do passado. Todos devem compreender que não se pode considerar revolucionárias, operárias, nacionais ou democráticas, as reivindicações que em sua essência são anticomunistas, antidemocráticas e anti-soviéticas. Não são revolucionárias e muito menos reivindicações operárias. Ao contrário, são reivindicações puramente contra-revolucionárias que visam a minar os fundamentos de nosso regime popular democrático.

TENTAM AGRAVAR AS DIFICULDADES

Após a derrota da manifestação armada e também da luta por meio de greves e boicotes a contra-revolução não

depois as armas, entrega-se atualmente à divulgação de boatos alarmantes e a provocações antipopulares com a finalidade de novamente impedir o processo de restauração da tranquilidade, impedir o trabalho já iniciado e o reforço da ordem legal. Procura multiplicar a penosa situação econômica do país, impedir a solução democrática das questões políticas e provocar embora em lugares isolados, novos choques, aumentando assim os tormentos de um povo sofrido.

Entre essas tentativas contam-se as provocações realizadas há dias, ocasião em que procurou valer-se de mulheres induzidas a erros e enganadas para chegar a seus objetivos contra-revolucionários. Aqui se inclui também a divulgação de volantes ilegais e de boatos que atemorizam a população pacífica com a ameaça de novas lutas armadas. Vendo que sua força e influência sobre as massas diminuem dia a dia, a contra-revolução faz tentativas e esforços desesperados para salvar sua causa perdida. A população, porém, desejando paz e tranquilidade, percebe com clareza cada vez maior que essas provocações só servem para obstaculizar a regulamentação dos problemas internos e das questões ligadas à nossa soberania nacional, separa-se cada vez mais das forças contra-revolucionárias e se manifesta com firmeza cada vez maior contra elas, cooperando com as forças internas.

LIÇÕES DOS ACONTECIMENTOS

Analisando toda a marcha dos sérios acontecimentos ocorridos ultimamente, consideramos que o povo húngaro deve aprender importantes lições decorrentes do pronunciamento da contra-revolução húngara e do imperialismo internacional na Hungria. Devemos tirar uma das importantes lições do fato de que a contra-revolução tenha se manifestado de maneira dissimulada. Em nossa época a idéia progressista da humanidade é o socialismo. Com a formação de toda uma série de países socialistas e de países de democracia popular, o socialismo transformou-se em sistema mundial que, como poderosa força de atração exerce influência sobre as massas populares dos países capitalistas, e também sobre os povos que lutam sobre o jugo colonial. Justamente por isso, a contra-revolução e o imperialismo já não podem manifestar-se perante o povo sob sua própria bandeira, palavras-de-ordem de contra-revolução, do capitalismo e do imperialismo. Essas forças também entre nós foram obrigadas a manifestar-se insidiosamente sob bandeira alheia. Para conquistar a confiança do povo, foram forçados a proclamar palavras-de-ordem que gozavam de popularidade no Partido e no seio do povo. Sob palavras-de-ordem de «revolução», ao invés de «contra-revolução», de «liberdade» e de independência nacional, ao invés de jugo colonial imperialista, insinuaram-se entre as massas, enganaram-nas e as arrastaram ao mal caminho.

(Os subtítulos são da redação da VOZ OPERÁRIA)

COMO SE PROCESSA A DISCUSSÃO NO P.C. AMERICANO

O PARTIDO Comunista Americano realizará, em fevereiro, sua XVI Convenção Nacional. Servirá de base às discussões da Convenção um Projeto de Resolução, adotado pelo Comitê Nacional do Partido a 13 de setembro do ano passado e amplamente divulgado entre os militantes que vem, desde então, debatendo-o democraticamente, nas organizações partidárias e na imprensa.

Logo após a realização do XX Congresso do PCUS, começou, no PCA, o debate dos temas decorrentes do Congresso. As discussões se travavam nas organizações do Partido e na imprensa. O Comitê Nacional do Partido iniciou, no mês de abril, a discussão daqueles temas e de sua relação com a atividade dos comunistas americanos no passado, no presente e no futuro. Após sucessivas reuniões, o CN aprovou, em setembro, o Projeto, entregando-o para o livre debate de todo o Partido. O CN divulgou um folheto, contendo o texto do Projeto e de uma carta do Secretário-Geral Eugene Denis, aos membros do Partido, sobre a discussão. Um Comitê de Discussão foi eleito pelo CN, cabendo-lhe preparar, à base dos debates sobre o Projeto de Resolução os materiais para a XVI Convenção Nacional.

A CARTA DE EUGENE DENIS

O Projeto de Resolução foi elaborado à base dos debates que já se travavam no Partido, logo após o XX Congresso do PCUS. «O Comitê de Resolução — diz a carta de Eugene Denis — recebeu, antes de iniciar a redação

MILITANTES E DIRIGENTES DEBATEM, LIVRE E DEMOCRATICAMENTE, NAS REUNIÕES PARTIDÁRIAS E NA IMPRENSA, O PROJETO DE RESOLUÇÃO — UMA COMISSÃO DE RESOLUÇÃO PREPARA, À BASE DOS DEBATES, OS MATERIAIS PARA A CONVENÇÃO NACIONAL DE FEVEREIRO — O PRESIDENTE DO PARTIDO, FOSTER, O SECRETÁRIO-GERAL, EUGENE DENNIS, E DEMAIS MEMBROS DO COMITÊ NACIONAL, PARTICIPAM DA DISCUSSÃO NA IMPRENSA, EXPONDO E DEFENDENDO, DE MODO CRÍTICO, SUAS OPINIÕES PESSOAIS

do Projeto de Resolução, ricas e numerosas contribuições, tanto através dos boletins de discussão no centro e nos distritos, como das cartas dirigidas ao «Daily Worker», das resoluções dos círculos, das sessões do Partido e das reuniões partidárias de todos os níveis».

A carta, esclarece ainda, a posição dos membros do Comitê Nacional em relação ao Projeto.

A POSIÇÃO DOS MEMBROS DO C. N.

«Todos os membros do CN — declara — votaram pelo Projeto de Resolução. Os camaradas Foster e Ben Davis votaram «sim», com restrições. Cada um deles tornou conhecidas suas restrições, minuciosamente. Isso não quer dizer, entretanto, que não tenha havido outras divergências no Comitê de Resolução e no Comitê Nacional. As divergências de menor significação foram resol-

seus membros pudessem falar nas reuniões de militantes, bem como nas reuniões dos comitês partidários de todos os níveis, por todo o país.

AMPLA LIBERDADE DE DEBATE

As discussões que se travam em todo o Partido processam-se em um clima de mais ampla liberdade. O Comitê Nacional assegurou a cada militante o direito de expor sua opinião democraticamente, nas reuniões partidárias e na imprensa. Os jornais do Partido abriram suas colunas aos debates, publicando as opiniões que lhes são enviadas pelos militantes e dirigentes. São publicadas as opiniões mais divergentes. Quando, em uma carta ou artigo, surgem pontos de vista errôneos em relação à doutrina marxista-leninista, ao internacionalismo proletário, aos princípios fundamentais do Partido, etc., o jornal que o editor publica uma resposta, em geral a cargo de um dirigente do Partido. Os dirigentes do Comitê Nacional e outros participam democraticamente da discussão na imprensa e tomam posição na polémica surgida a respeito desta ou daquela questão importante. O presidente do Partido, William Foster, e Secretário-Geral, Eugene Denis, o dirigente nacional Ben Davis e outros membros do CN têm comparecido às colunas de «Political Affairs» e do «Daily Worker» para expor seus pontos de vista pessoais, debatendo-os democraticamente com outros militantes ou dirigentes que divergem daqueles pontos de vista.

EXPOSIÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS AO PARTIDO

Em relação com isso, foram adotadas as seguintes medidas:

- 1) O Comitê Nacional solicitou aos membros do CN que dessem seus pareceres em números futuros de «Political Affairs» (revista teórica do Partido) ou no Boletim de Discussão, publicado quinzenalmente.
- 2) O Comitê Nacional solicitou a alguns de seus membros que escrevessem artigos explicando como chegaram às suas atuais posições sobre vários pontos-chaves.
- 3) O Comitê Nacional providenciou no sentido de que

BOLETIM DE DEBATE

AS MASSAS, O INDIVÍDUO E A HISTÓRIA JOÃO AMAZONAS

A denúncia feita no XX Congresso do PCUS sobre o culto à personalidade de Stalin, pôs novamente em relevo a importante questão da doutrina marxista referente ao papel das massas e do indivíduo na História.

A tese marxista sobre o papel decisivo das massas na criação da História é ainda insuficientemente assimilada por todo o Partido. Há também opiniões equivocadas em nossas fileiras quanto ao papel desempenhado pelos indivíduos ou pelos grandes homens na História.

Marx e Engels, os criadores da doutrina marxista, demonstraram que a História da humanidade não é a história dos grandes homens, dos reis, dos chefes militares ou dos heróis, como dizem os historiadores e sociólogos das classes exploradoras.

A história da humanidade é a história dos diferentes modos de produção e as massas trabalhadoras são os verdadeiros criadores da História. Da sociedade comunal primitiva a humanidade passou ao regime escravagista e deste ao feudalismo do feudalismo foi ao capitalismo. Na nossa época, vai passando do capitalismo para o socialismo.

Cada um destes regimes representa um estágio no desenvolvimento da sociedade humana.

A força principal que impulsiona esse processo histórico são as massas. São elas que impulsionam a transformação e o desenvolvimento do modo de produção. O trabalho do escravo, do servo, do proletário desenvolve as forças produtivas, abrindo o caminho para a passagem de um modo de produção já caduco a uma nova e mais avançada maneira de produzir. A história da humanidade é assim a história dos próprios produtores dos bens materiais necessários à vida.

Mas a passagem de um a outro modo de produção não se realiza pacificamente, sem lutas nem choques. As velhas classes condenadas pela História resistem com todas as suas forças antes de ceder o seu lugar. Assim ocorreu com os senhores de escravos e com os feudais. Assim sucede com os capitalistas.

Até que a necessidade já madura do desenvolvimento social se torne liberdade e a liberdade se transforma em ação decisiva contra o velho, grande número de pessoas são sacrificadas na luta. A humanidade não pôde até hoje ir de um para outro regime senão através de revoluções ou guerras emancipadoras. E estas como aquelas, foram feitas pelas massas. Sem a ação do povo revolucionário não cairiam as velhas dinastias, nem as Bastilhas, nem os troncos de ouro dos czares. Só o sacrifício e o esforço gigantesco das massas, a luta de classes, desobstruiu o caminho por onde avançou a roda da História.

Também as massas populares cabe parte considerável na criação do patrimônio cultural da humanidade.

Grandes homens, verdadeiros gênios, produziram obras maravilhosas e imortais. Poetas, pintores, músicos, escritores, filósofos têm seus nomes merecidamente inscritos no grande acervo da cultura espiritual da humanidade. Mas eles não po-

deriam produzir tais obras sem o concurso do povo. O povo cria e enriquece a língua da qual se servem os poetas, escritores e filósofos. Do povo nascem as fábulas as histórias as canções que não morrem. As grandes criações artísticas se inspiram nos motivos populares. E célebres somente se tornam os artistas que sabem beber nas fontes de criação do povo, que traduzem as esperanças e alegrias, as lutas, o sofrimento, o trabalho das massas.

Seja, portanto, na produção da política ou na cultura espiritual, não as massas a força decisiva na marcha da História.

A compreensão mais profunda desta concepção tem inegável importância para o movimento revolucionário, cujo objetivo é precisamente a libertação das massas e fazer avançar a História. Se o Partido não concebe o povo como o verdadeiro criador da História, não em posições sectárias. Ou na fracassada teoria dos populistas russos dos "heróis" ativos e da multidão "passiva", na falsa compreensão de que a História é feita por destacadas personalidades, atraz das quais deve marchar o povo, as segas.

O Partido Comunista não é uma organização que persiga fins próprios e se basta a si mesmo, ou um agrupamento de homens progressistas que querem o comunismo e pretendem "arrastar" as massas para esse nobre objetivo. É um Partido criado para servir à classe operária e ao povo em suas lutas emancipadoras. A luta emancipadora das massas existe, em diferentes graus de desenvolvimento, independente do Partido. O Partido, armado com a teoria e a experiência revolucionárias ajuda a classe operária, as massas, a organizar melhor a sua luta, a definir com justeza as etapas e os objetivos dessa luta. O Partido guia as massas para a libertação.

A luta contra a opressão do imperialismo e as reminiscências feudais em nosso país vem já de longe antes da existência do Partido. Mas era, em grande parte, uma luta dispersa. Mais contra os efeitos do que propriamente contra as causas. O Partido prestou um grande serviço ao nosso povo definindo o caráter da Revolução brasileira: uma revolução contra os restos feudais e contra o jugo do imperialismo, em particular do imperialismo norte-americano.

Mas não é o nosso Partido que vai fazer a Revolução. A revolução só pode ser feita pelas massas, com o nosso Partido à frente. Esta luta diz respeito a milhões de brasileiros e não simplesmente aos comunistas. Enquanto as massas não compreendem nem sentem a necessidade da Revolução, esta não será vitoriosa. Por isso, nossa tarefa, antes e acima de tudo, é ajudar o povo — pela propaganda e pela experiência própria — a se tornar consciente da necessidade da Revolução. O Partido deve despertar a consciência das massas para que elas mesmas lutem e se libertem da opressão e da miséria.

Por mais numeroso que seja o Partido não pode substituir as massas na luta por sua emancipação. Não pouco terá forças para conquistar para as massas e em lugar das massas aquilo que só as massas podem e devem fazer. E por isto os comunistas não podem traçar formas ideais de luta, caminhos originais saídos de suas próprias cabeças, mas apoiar-se na experiência e na sabedoria das massas, na sua maneira mesma de conceber a luta. O povo não surge da originalidade destes ou daqueles "iluminados". Surge da prática de milhões de homens.

De um modo geral, nosso Partido traça tarefas que refletem corretamente a realidade e as aspirações das massas. E sabe organizar e mobilizar as massas para a sua realização. Em alguns casos, porém, nosso Partido não soube refletir bem as aspirações do povo, deu orientação sectária e indicou métodos falsos de luta. Sou responsável, como dirigente do Partido, por tais tipos de erros. Assim ocorreu, particularmente de 1948 a 1951 com algumas tentativas de greves ou mesmo com greves de pouca profundidade. Então nós, comunistas, tratávamos de fazer as greves. Punhamos em ação pequenos grupos "ativos" que deviam paralisar o trabalho e obter para as massas as suas reivindicações. Tal ocorreu também com alguns atos anti-imperialistas, precipitadamente realizados e elevados em relação à consciência das massas. O mesmo sucedeu com algumas lutas no campo, nas quais pequenos grupos procuravam substituir as massas nas ações contra os grileiros e os latifundiários. Além de muitos outros, estes são exemplos vivos de nossas incompreensões da doutrina marxista sobre o papel das massas como força decisiva na criação da História.

É certo que se pode realizar alguns atos com pequenos grupos ou sem contar com o amplo apoio das massas. Mas o objetivo principal desses atos é despertar as massas para as questões em foco, é dar um primeiro passo, às vezes um simples exemplo que contribua para impulsionar as ações de massas. Temos em vista que há tarefas justas mas de imediato não sentidas pelas massas. Nem sempre os fenômenos se apresentam às massas refletindo corretamente sua essência. É necessário revelar a essência do fenômeno, o que significa demonstrar a razão de ser de tal ou qual luta.

Em suma: ganhar as massas para que elas mesmas realizem as tarefas que dizem respeito à sua emancipação.

Em toda a luta, devemos considerar sempre seus dois aspectos. O primeiro é o do esclarecimento, da persuasão, do convencimento das massas quanto à justeza da luta (aqui joga papel importante a agitação e a propaganda oral e escrita). O segundo aspecto é o da ação, da mobilização e organização das massas para a luta. Estes dois aspectos não estão isolados entre si, são partes de um único processo, o processo da luta.

Ainda hoje, em muitas tare-

fas, a preocupação principal existente entre nós, comunistas brasileiros, não é a de vencer e esclarecer as massas da necessidade destas ou daquelas ações, mas realizar com as próprias forças do Partido e de seus amigos, as tarefas que se apresentam ao nosso povo.

Tais defeitos precisamos corrigir em nossa atividade. É a compreensão marxista sobre o verdadeiro papel das massas como as criadoras da História muito poderá contribuir para isto. Nosso Partido precisa assimilar mas ainda a concepção de Marx sobre o desenvolvimento da sociedade e, ao mesmo tempo, educar o povo na compreensão de que a causa da emancipação das massas só pode ser obra das próprias massas.

Do reconhecimento de que são as massas que fazem a História, não se pode concluir que seja nulo ou insignificante o papel das personalidades na História. O marxismo-leninismo não nega, mas, ao contrário, ressalta, o importante papel que desempenha na História os partidos de vanguarda, os ideólogos e os grandes homens.

Os indivíduos podem jogar um grande papel quando expressam as necessidades do desenvolvimento social, quando traduzem as verdadeiras aspirações e sentimentos do povo e se colocam a seu serviço, quando dominam as leis objetivas da marcha da História.

São as massas que fazem a História, mas não a fazem espontaneamente, desorientadamente. Em sua luta, as massas necessitam chefes e dirigentes capazes, que vem mais longe e melhor refletem as exigências históricas.

Que são os chefes? Os chefes, disse Lênin, "são as pessoas que têm mais autoridade, influência e experiência".

Não há, efetivamente, grandes movimentos de massas, sem chefes e dirigentes. Numa simples greve, os trabalhadores indicam os que a devem conduzir. E os escolhem em geral, entre os mais experientes, que possuem mais espírito de decisão e lhes inspiram maior confiança. Nenhum movimento revolucionário na História prescindiu da organização, dos chefes, dos ideólogos. "Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário". E a teoria é produto da generalização científica — trabalho dos ideólogos, dos chefes dos partidos revolucionários.

O processo da luta emancipadora do povo, das classes, pode durar mais ou menos tempo, pode ser mais ou menos doloroso. Nisto é fundamental o papel dos chefes dos ideólogos, dos partidos revolucionários.

Quem pode negar o imenso papel desempenhado por Lênin na vitória da Grande Revolução Socialista de outubro? É verdade que o centro do movimento revolucionário, como notou Engels, se transferiu nos fins do século passado, para a Rússia. Ali se gestava uma grande revolução popular. A alma dessa Revolução foi Lé-

nia e o Partido por ele criado.

O movimento revolucionário russo destacou, no seu próprio curso, a figura gigantesca de Lênin, como seu chefe e guia incontestável. A ele se aplicava o que disse Plekanov acerca dos chefes: via mais longe que os outros e desejava mais fortemente que os outros. Ninguém mais que Lênin interpretou as aspirações do povo e refletiu a necessidade objetiva existente na velha Rússia. Por isso, milhões de trabalhadores marcharam sob a bandeira de Lênin e do seu Partido e ainda hoje milhões de pessoas, em todo o mundo, reverenciam seu nome e estudam suas grandes obras.

As massas amam seus chefes provados, os que sabem tudo subordinar a sua causa. É esse amor, a admiração e o respeito pelos chefes e dirigentes é um sentimento natural e raro das massas. O povo enaltece seus chefes, porque sabe o que eles valem e significam na luta por sua libertação.

Também a burguesia compreende o significado dos chefes e dirigentes revolucionários. Utiliza contra eles todos os recursos visando a liquidá-los moral, política e fisicamente. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, chefes do proletariado alemão, foram assassinados num momento crucial da Revolução na Alemanha. E conhecido o atentado contra a vida de Lênin. Hitler assassinou Thaelmann. E os agentes do imperialismo norte-americano atraíram contra Togliatti e Tokuda.

O movimento revolucionário brasileiro destacou também seu chefe indiscutível — o camarada Prestes. A autoridade e o prestígio de que goza Prestes em nosso Partido e em nosso país vem de sua fidelidade comprovada à causa do povo, a qual Prestes dedica toda a sua vida; vem de sua firmeza revolucionária demonstrada mais de uma vez em situações muito difíceis; vem de sua experiência de seus conhecimentos revolucionários.

Não há dúvida que constitui um grande êxito para o movimento operário brasileiro haver atraído às suas fileiras um combatente da tempera de Prestes. E se o Partido deu a Prestes condições para elevar o seu prestígio e aumentar seus conhecimentos e sua experiência, de outra parte, o ingresso de Prestes no Partido e sua ascensão natural à chefia do Partido, significou importante passo para o desenvolvimento do movimento comunista no Brasil e para o crescimento do Partido e de sua influência entre as massas. Com Prestes, o movimento revolucionário se fortaleceu e avançou.

Milhões de pessoas no Brasil amam Prestes, o estimam e respeitam. Vem nele a encarnação da luta dos camponeses pela terra, da luta de todo o povo contra o imperialismo norte-americano, vem nele o futuro feliz e radioso de nossa Pátria. Admiram sua coragem e seu espírito de luta e sacrifício. Ao mesmo tempo, um punhado de rancorosos inimigos de nosso povo, odeiam Prestes com todas as suas forças, perseguem-no e tudo fazem pa-

ra tentar abalar ou minar sua autoridade, o prestígio imenso que goza no Partido e entre as massas. Mas nada conseguirão. Prestes é um grande revolucionário.

E pois, evidente, que os chefes, os dirigentes, os partidos de vanguarda, são necessários e desempenham importante papel na luta libertadora do povo.

Na discussão que travamos, há, no entanto, quem identifique o combate ao culto à personalidade com a negação da personalidade, dos chefes, dos dirigentes. E por isso procuram combater a personalidade como forma de lutar contra o culto. Há camaradas que vacilam em destacar ou utilizar o nome de prestígio deste ou daquele camarada, em função dos interesses do Partido e das massas, temendo que isto seja culto à personalidade. Alguns reprovam a publicação na imprensa popular de fotografia destacadas do chefe do nosso Partido ou de dirigentes conhecidos. Existe mesmo quem considere necessário tratar rudemente os dirigentes, atacá-los (digo atacá-los e não criticá-los) para mostrar que estão rompendo com o culto. E como se o coletivo não fosse o oposto da personalidade isolada há até quem considere a existência de culto ao Comitê Central, sem falar nos que taxam de sabujismo uma simples manifestação de apoio ao Comitê Central e ao seu Presidium por parte de um organismo intermediário do Partido. Claro que tais manifestações não vêm do Partido em seu conjunto. Surgem, aqui e ali, num artigo ou numa reunião, com maior ou menor frequência.

A meu ver, tudo isto são incompreensões, confusão a respeito do que seja culto à personalidade e também negação do papel do indivíduo na História. Algumas vezes são manifestações de tendências anarquistas. Que significa render culto à personalidade? Significa atribuir a certos homens traços e qualidades sobrenaturais, acreditar na sua infalibilidade, enaltecê-los excessivamente, curvar-se humildemente ante eles.

Isto devemos condenar. Não deve haver homens infalíveis em nosso Partido, nem alguém que possa pensar por todos. Não deve haver grandes senhores nem pessoas a quem não se possa criticar. Por maiores que sejam os méritos de um dirigente revolucionário, sua experiência é sempre limitada e seu conhecimento tem algo de unilateral. Daí o Partido ser dirigido à base de Comitês. Não pode quem quer que seja substituir o pensamento coletivo do Partido e a experiência coletiva das massas. Nada dá a ninguém o direito de sobrepor-se ao Partido e às massas.

Mas seria um erro negar ou diminuir o papel das personalidades, isto é, dos homens de prestígio, dos dirigentes que gozam de autoridade junto às massas. A existência de tais pessoas não é um mal no movimento comunista. Ao contrário, o mal é existirem poucas pessoas assim. O Partido é o chefe coletivo da classe operária e das massas populares. Mas isto não basta. As massas vêm, concretamente os homens. Ouvem-nos e seguem-nos.

Estranha situação: enquanto

(Continua na 5ª pág.)

O artigo de M. A. Coelho, estampado no «Boletim de Debate» do n.º 398 da VOZ OPERÁRIA, exige imediata contradição. Examinemos seus principais argumentos.

PODEM SURTIR ELEMENTOS DO SOCIALISMO SOB O CAPITALISMO?

M. A. afirma que conceber o surgimento da propriedade social nas condições do capitalismo é revisionismo.

Vejamos isso mais de perto. A idéia de que os elementos econômicos do socialismo surgem no interior do capitalismo nada tem de nova. Se M. A. tivesse lido com atenção o trabalho de Lênin «O Imposto em Espécies», por ele citado, lá teria visto que Lênin considera que

«...O capitalismo monopolista de Estado é a preparação MATERIAL mais completa do socialismo, a ANTECAMARA do socialismo, a etapa histórica que NENHUMA OUTRA ETAPA INTERMEDIÁRIA SEPARA da etapa chamada socialismo.»

E Lênin, que transcrevera esse trecho de sua obra «A Catástrofe Iminente e os meios de conjurá-la», comenta essa passagem dizendo:

«Notais que isso foi escrito sob Kerenski, que se trata aqui NÃO do ditadura do proletariado, NÃO do Estado socialista, mas de um Estado «democrático revolucionário». (Obras Escolhidas, ed. em francês, Moscou, 1947, pág. 857). Se M. A. tivesse virado a página veria que Lênin chama de preparação material, como não poderia deixar de ser, a preparação «econômica, do ponto de vista da produção». Isto não deixa lugar a dúvidas: os elementos materiais do socialismo surgem no interior do regime capitalista.

A título de lembrete para M.A.: Lênin considerava as coisas assim ANTES da Revolução de Outubro, ANTES de toda uma série de modificações radicais no mundo que levaram o socialismo a tornar-se mais forte que o capitalismo, modificações que determinam aos países atrasados que tomam o caminho do desenvolvimento econômico aproximarem-se, inevitavelmente, dos países socialistas, que fazem com que as idéias socialistas se apoderem de massas cada vez mais amplas, etc., etc.

Em meu artigo no n.º 389 da VOZ não tratei da questão em tese, mas referindo-me especificamente aos países atrasados e, particularmente, ao nosso país. Isso é importante, porque nesse aspecto estamos diante de uma questão inteiramente nova, apesar de M.A. dizer que Kautsky já tratara do assunto. A respeito, eis o que diz o eminente economista soviético E. Varga:

«As antigas colônias desenvolvem sua indústria sobretudo por meio do capital estatal: o aumento do capitalismo de Estado nos países pouco desenvolvidos é um fenômeno novo e ainda pouco estudado, da década do pós guerra». (Ver *Kommunist*, n.º 4 de 1956, tradução não publicada).

Como vemos, Varga, para desgosto de M. A., reconhece no problema um fenômeno novo...

Mas vejamos ainda o que diz a respeito P. Fedosseev, no número anterior da mesma revista citada, que é o órgão teórico do P. C. U. S.

«No século XIX o sistema do chamado empreendimento privado foi a forma dominante de economia. No século XX verifica-se a passagem histórica para o sistema socialista de economia, para a produção socialista coletiva.»

E, mais adiante, após examinar essa passagem nos países que ingressaram no caminho da construção socialista, Fedosseev diz:

«A passagem do sistema capitalista de economia para a produção organizada de maneira socialista não seria lei geral para as transformações sociais em nossa época se sua ação se estendesse apenas a certos países. (os países socialistas — A.L.C.). Na realidade, essa lei atua em todos os países... As associações monopolistas dos capitalistas sob as formas de cartéis, trustes e bancos, a nacionalização de alguns setores econômicos e outras formas de socialização com base capitalista também atestam que a época do empreendimento privado já se passou e que a utilização da propriedade social dos meios de produção tornou-se necessidade vital para o desenvolvimento econômico.» (tradução não publicada — grifo de A.L.C.).

Os leitores notaram bem? Fedosseev se refere aos cartéis, trustes e nacionalizações como «utilização da propriedade social dos meios de produção». A que se reduzem depois disso os gritos tragicômicos de M. A. a respeito do caráter revisionista da afirmação de que a propriedade social surge sob o capitalismo e constitui um fator de modificação progressista da sociedade?

No fundo das objeções de M.A. está a recusa de levar em conta e de elaborar subjetivamente os fenômenos novos que sur-

Quem, Afinal, Revê o Marxismo, Deformando-o?

A respeito da questão do capitalismo de Estado no Brasil

Armando Lopes da Cunha

gram no mundo, «as modificações de estrutura objetivas da sociedade e da orientação do movimento tendente a transformá-la», como diz Togliatti. Esta posição de M.A. é idêntica à dos socialistas-revolucionários e mencheviques, de quem Lênin dizia que

«encaram o problema do socialismo como doutrinários, do ponto de vista da doutrina que aprenderam de cor e compreenderam mal. Apresentam o socialismo como um futuro longínquo, obscuro, desconhecido.»

Ora, hoje o socialismo nos contempla por todas as janelas do capitalismo contemporâneo, o socialismo surge direta e praticamente em cada disposição importante que constitua um passo adiante na base do capitalismo moderno.» (Obras Escolhidas, II, p. 128).

Além disso porque M.A. não consegue ver que o capitalismo de Estado tende a levar o Brasil por um caminho de desenvolvimento que não pode ser o capitalismo, e que o aproxima do socialismo. Amante das explorações, da luta armada, segundo o molde clássico do Programa do «marxismo criador», M.A. se horroriza diante daquela perspectiva, acha que seria abandonar a «luta revolucionária» e abdicar da direção em favor da burguesia. Que marxismo falaz! M.A. não percebe em absoluto o processo profundamente contraditório que está na base do crescimento do capitalismo de Estado em nosso país, e ao qual voltaremos adiante. Diz, por isso, que as novas concepções levariam as forças de vanguarda a ficarem a reboque da burguesia, quando na realidade é o inverso que acontece: por não termos até agora compreendido esse fenômeno novo é que temos efetivamente, e sob diversos aspectos, ficado a reboque todos esses anos (exemplo: a solução do monopólio estatal do petróleo não foi apresentada mas inclusive combatida pelos comunistas; o mesmo se diga da Eletrobrás e de outras iniciativas do mesmo gênero; isto antes que a força da vida nos levasse a apoiá-las; o caso das ferrovias é o exemplo mais recente disso e mostra que o fenômeno vem se repetindo).

Há outros aspectos importantes a considerar na questão do capitalismo de Estado, e um destes é que sua importância tende a crescer na economia. Por razões que já mencionei em meu artigo anterior, o desenvolvimento econômico dos países atrasados, nas condições tecnológicas hoje predominantes no mundo, exige grandes inversões. Onde conseguem-las? O capital privado nacional não dispõe dos recursos suficientes para os grandes investimentos nos ramos básicos, de um lado, e, de outro lado, por seu caráter incipiente não dispõe da necessária capacidade de resistência aos ataques que o imperialismo desencadeia contra tais empreendimentos. O capital privado estrangeiro, como E. Varga demonstra, reduz suas inversões no mundo colonial devido à instabilidade política, ao temor da limitação dos lucros, das nacionalizações e de «desordens» nos países atrasados. Os dados sobre o Brasil não desmentem este fenômeno, sendo de assinalar-se que ele tende a se acentuar. Isto faz com que se generalize a exportação de capital sob a forma de empréstimos estatais. Todas estas razões levam a que o papel e o peso do capitalismo de Estado tenda a crescer na economia brasileira.

Que resultados terá isto do ponto de vista do regime econômico-social? Em outras palavras: o desenvolvimento do capitalismo de Estado no Brasil tende a levar nosso país para o capitalismo, ou para um regime que, não sendo ainda o socialismo, não será mais o capitalismo?

O CAPITALISMO DE ESTADO E O DOMÍNIO NO ESTADO

Para se responder a esta pergunta é preciso examinar o problema do Estado. Mas este exame não pode ser feito do ponto de vista dogmático e estático que foi adotado por M.A. Esse camarada toma a afirmativa de Liu Chao-tsi — de que uma coisa é o capitalismo de Estado sob um Estado chefiado pela burguesia e outra sob o Estado chefiado pela classe operária —, e acha que ela pode ser aplicada ao Brasil mecanicamente. Ora, o marxismo exige a análise concreta de uma situação concreta — esta uma das teses básicas da teoria do conhecimento do materialismo dialético. Em lugar de citar Lênin sem tê-lo compreendido, o camarada M.A. poderia ter considerado com mais atenção as opiniões de Lênin a respeito. Pois bem, nas condições do governo de Kerenski, que Lênin frisa não ser um Estado da ditadura do proletariado (p. 857 da obra citada), esse teórico marxista considerava que o capitalismo de Estado «é uma etapa para o socialismo.» (p. 127, ob. cit.).

E Lênin acrescenta:

«Porque o socialismo não é outra coisa senão a etapa imediatamente consecutiva ao monopólio capitalista de Estado. Ou ainda: o socialismo não passa do monopólio capitalista de Estado PÓS-TO AO SERVIÇO DE TODO O POVO e que, por isso mesmo, DEIXOU de ser um monopólio capitalista.»

Lênin mostra ainda que num verdadeiro estado democrático e revolucionário o capitalismo de Estado significa, infalivelmente, a marcha para o socialismo.

Sem dúvida não temos no Brasil um Estado democrático e revolucionário. Mas lembremos, ainda uma vez, que Lênin tratava da questão em condições mundiais inteiramente diversas das que hoje existem.

A verdadeira essência do problema está na contradição que M.A. não percebeu mas que Lênin já caracterizara em «A Catástrofe Iminente...» (ob. cit., ibidem). Ali Lênin mostrou que se uma empresa torna-se monopólio é que ela atende a todo o povo. Se se tornou monopólio estatal é que o Estado a dirige. No interesse de quem? No interesse da burguesia ou da democracia revolucionária, dependendo de quem domine o Estado.

Isto quer dizer que no Brasil também o capitalismo de Estado encerra esta contradição: os setores da burguesia tenderão, sempre que se sentirem fortes, a destruir o serviço; as classes e camadas populares, por outro lado, tenderão a fortalecer aquela formação e a colocá-la a serviço do povo, e isso tanto mais quanto maior for a profundidade com que a vanguarda da classe operária compreender o problema e quanto maior for sua firmeza no encabeçar a ação das massas naquele sentido.

A favor de quem se decidirá esta luta? Nas condições atuais do mundo, com o poderio crescente da União Soviética e de todo o campo socialista, com a crescente força de atração das idéias do socialismo sobre as massas populares, devido também à tendência inelutável de os países atrasados que marcham para a independência econômica se aproximarem daquele campo, devido à derrocada do sistema colonial do imperialismo, ao agravamento da crise geral do capitalismo — isto do ponto de vista externo — e ainda, — do ponto de vista interno, no Brasil —, ao aumento do peso específico da classe operária, sua concentração crescente nas empresas-gigantes que se criam, ao fortalecimento de sua consciência de classe, à extensão das idéias do socialismo em grandes camadas da classe média, ao próprio fato de que as empresas do capitalismo de Estado surgem e crescem nos quadros da luta de nosso povo contra a dominação imperialista, — a existência de todos esses fatores objetivos, e de outros ainda, criam uma situação que favorece a solução da contradição a favor do povo. Inclusive porque a solução burguesa significará o estancamento do processo de desenvolvimento, pois tal solução tende a manter o país ligado ao imperialismo e, portanto, sob sua dominação. Com todas essas condições favoráveis, a solução da contradição dependerá fundamentalmente dos fatores subjetivos, isto é, do grau de consciência e de preparação da vanguarda, o que, em nosso caso concreto, significa nos libertarmos do dogmatismo e de todas as deformações do marxismo ora entronizadas como «marxismo criador».

DA AÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES CAPITALISTAS DE ESTADO

Se efetivamente alcançarmos a essência do problema do capitalismo de Estado no Brasil, não será difícil compreender também que sua contradição interna básica pode ser resolvida a favor do povo desde que impulsionemos a luta pela democratização do Estado e nessa luta se obtenha a vitória. Aliás, para isso, a própria democratização das empresas e instituições do capitalismo de Estado representa fator de grande importância. Nesse sentido é que efetivamente deve modificar-se a luta dos operários, e trabalhadores em geral, nestas empresas e instituições. Em lugar da falsa posição de apenas lutar contra o Estado-patrão, que é o que na prática recomendamos hoje, devemos aconselhar aos trabalhadores que, sem abandonarem um minuto sequer as lutas reivindicativas por salários, etc., lutem também pela participação na administração da empresa ou instituição, democratizando-as assim e facilitando sua utilização em benefício deles próprios e de todo o povo. Como se vê, isto nada tem a ver com a solerte «conclusão» que M.A. tira de meu artigo ante-

rior, «conclusão» segundo a qual tratava-se de atuar nas instituições capitalistas de Estado «como operários nas empresas estatais socialistas da U.R.S.S.»

Creio estar suficientemente demonstrada a inanidade das opiniões de M.A. e sua natureza absolutamente estranha ao marxismo. Pretendendo defender o marxismo — do qual efetivamente ele demonstra nada ter compreendido, limitando-se a decorar algumas fórmulas justas para a época em que foram criadas —, M.A. atolou-se em posições dogmáticas, escolásticas, em tudo que é o oposto do marxismo. Pobre do marxismo se contasse apenas com tais «defensores»!

Para dar aos leitores uma clara idéia de como o problema do capitalismo de Estado é focalizado, na linha que apresentei aqui, por alguns partidos comunistas, passo a citar uma passagem da Declaração Programática submetida ao VIII Congresso do Partido Comunista Italiano. No trecho intitulado «As linhas mestras de um programa», item b), reforma industrial, lê-se o seguinte:

«A tarefa e o objetivo imediato da classe operária e de seus aliados é abolir a propriedade monopolista das grandes forças produtivas, transformá-la em propriedade coletiva, assegurando deste modo um progresso técnico e econômico estável e regular e uma base segura para o exercício de todas as liberdades democráticas. Este objetivo pode ser atingido nacionalizando as empresas ou as categorias de empresas relativas aos serviços públicos essenciais ou as fontes de energia ou as situações de monopólio e que representem principalmente o interesse geral» (Constituição art. 43). Este princípio constitucional deverá ser aplicado por meio de um desenvolvimento gradual da ação econômica e política...

... O perigo de que as nacionalizações criem somente uma forma diferente de capitalismo centralizado e reacionário, em lugar de destruir o poder dos monopólios, pode e deve ser evitado por meio de ampla ação que, desenvolvendo-se no terreno democrático e constitucional, faça prevalecer, na direção da vida econômica, o interesse dos trabalhadores e da coletividade. Nesse quadro é preciso compreender a participação efetiva dos trabalhadores na gestão das empresas, a aplicação gradual de planos econômicos elaborados e controlados pelo Estado... Mesmo a criação de formas do capitalismo de Estado pode abrir o caminho ao socialismo se, ao mesmo tempo, trava-se uma luta democrática e política que assegure o acesso das classes trabalhadoras à direção do Estado e permita o controle efetivo da gestão da riqueza pública.» («Boletim de Informações para o Estrangeiro», n.º VIII, ano 10 — grifos de A.L.C.).

Como vemos, aí está claramente formulada a concepção de que o capitalismo de Estado pode abrir o caminho ao socialismo desde que se obtenha a democratização do Estado, o controle eficaz da gestão da riqueza pública pelas massas e, ainda, a tese de que um dos elementos para isso é justamente a luta pela participação efetiva dos trabalhadores na administração das empresas estatais ou enquadradas em outras formas do capitalismo de Estado. O texto não poderia ser mais claro. A M.A. a tarefa de demonstrar o revisionismo e o reformismo da direção do Partido Comunista Italiano...

Caberia ainda referir-me às «conclusões», evidentemente pérfidas, que M.A. tira de meu artigo anterior. Mas, uma vez demonstrado que, afinal, ele é que se colocou fora do marxismo, isso se torna supérfluo. O leitor compreenderá facilmente que as «conclusões» tiradas por M.A. são de sua inteira responsabilidade e se devem à sua própria incapacidade de pensar em termos marxistas.

Poderia também analisar os métodos de discussão de M.A. que recorre a citações em falso (sua referência a Lênin), a deformações do pensamento do adversário para poder «rebatê-lo», etc. Mas, para que tomar mais tempo aos leitores?

Duas palavras finais somente: conheço pessoalmente M.A. Coelho e sei que é militante abnegado, além de homem inteligente. É lamentável que as deformações do sistema do culto à personalidade tenham-no atingido tão profundamente quanto revela seu artigo. Ficam aqui meus votos de que se liberte do dogmatismo e possa assim dar ao movimento a contribuição de que é capaz, reavivando seus indiscutíveis dotes pessoais.

Autocrítica ou Volta ao Passado?

JOÃO BATISTA DE LIMA E SILVA

Lendo o artigo de Carlos Marighella — "A Carta do Prestes e o internacionalismo proletário" — tenho a impressão de que os camaradas do Presidium, sendo todos, pelo menos alguns deles, depois de terem dado um passo à frente, com o projeto de resolução do Comitê Central, tentam agora dois passos atrás no processo autocrítico dos erros que cometemos sob o sistema do culto à personalidade.

De fato, a característica dominante do Projeto de Resolução do Comitê Central é o desassombro no reconhecimento dos erros, sem a menor intenção de ocultá-los, diminuir-lhes a proporção ou, de qualquer maneira, justificá-los. Neste sentido, o documento do Comitê Central é um ato de coragem e honestidade revolucionárias, que honra e educa todo o Partido. Já o artigo do camarada Marighella é uma tentativa de atenuar a gravidade dos nossos erros, chegando mesmo a considerá-los "inevitáveis", como se houvesse qualquer relação entre o marxismo e este fatalismo místico que nega aos homens a possibilidade do eleição e escolha.

Mais grave, muito mais grave ainda, é o esforço demonstrado pelo camarada Marighella para negar a existência de sérios erros que cometemos, como seja o de aplicarmos mecanicamente e, inclusive, o de muitas vezes deturparmos alguns princípios essenciais do internacionalismo proletário. Marighella afirma, por exemplo, ser falsa a opinião dos que dizem que é necessário se restabeleçam, em sua pureza, estes princípios. "Só se pode restabelecer — argumenta — aquilo que se deixou de pôr em vigor anteriormente ou que se aplicava de forma inezata. Nessas condições teríamos de admitir uma posição internacionalista errada do PCB. Nada mais falso".

Falsa, gritantemente falsa, é esta afirmação do camarada Marighella.

O internacionalismo proletário não é, apenas, a unidade e a solidariedade internacional dos trabalhadores, nem se resume no apoio ativo aos países do sistema socialista na luta contra as tentativas de agressão militar e bloqueio econômico, contra as intrigas políticas e as campanhas ideológicas que a burguesia imperialista move contra a URSS e as democracias populares.

Esta é a fórmula geral que, para se tornar realidade, necessita também do estabelecimento de relações corretas entre os partidos comunistas e operários e entre os Estados socialistas. Aí se aplica efetivamente aquela citação de Lênin feita pelo camarada Marighella: "O essencial não é que 'proclamem' o internacionalismo, sendo que saibam ser, mesmo nos momentos mais difíceis, internacionalistas de fato".

Para sermos internacionalistas de fato é que precisamos analisar, com o mais sério e honrado espírito crítico, as deformações que sofrem, na prática, o internacionalismo proletário durante o sistema do culto à personalidade.

Ora, diante das provas e documentos que se acumulam, ninguém pode negar que essas deformações causaram prejuízos ao próprio internacionalismo, chegando, muitas vezes, a provocar desconfianças de grande parte dos trabalhadores e de determinados países socialistas diante da URSS e do PCUS. Exemplo típico e trágico é o da Hungria. Sem dúvida, esta des-

confiança foi habilmente insuflada pelos restos das classes e contra-revolucionárias. Mas o essencial, na questão, é que, para tanto, elas contaram com erros concretos e sérias deturpações dos princípios do internacionalismo proletário, de parte de alguns dirigentes comunistas húngaros, como Rakosi e Geroe.

DE PALAVRA, Rakosi e Geroe eram dos mais puros internacionalistas, talvez mais reconhecidos como tais do que qualquer dirigente de nosso Partido. NA PRÁTICA, por uma falsa compreensão do internacionalismo, causaram os maiores danos à causa da amizade e da fraternidade internacional dos trabalhadores.

Foi em nome do "internacionalismo proletário" que o Cominform adotou a conhecida posição de 1948 diante da Iugoslávia e dos comunistas iugoslavos. Na prática, esta posição foi um atentado contra o internacionalismo proletário, do qual resultou a explosão de sentimentos de desconfiança, no povo iugoslavo, diante da União Soviética e do PCUS.

Lênin, que permanece um modelo de internacionalismo revolucionário, sempre prestou a máxima atenção ao estabelecimento de relações corretas entre os partidos operários e entre a URSS e os demais Estados (ainda mesmo os Estados burgueses), como base para o fortalecimento dos laços internacionais dos trabalhadores. Não desprezou, sequer, o próprio fator nacional, aconselhando a que fosse levado devidamente em conta, a se proceder com "grandíssimo cuidado e paciência para não malograr a obra (isto é, a crescente solidariedade e unidade dos trabalhadores — J.B.), para não provocar a desconfiança, acumulada durante os séculos de opressão por parte dos latifundiários e capitalistas...". E acrescenta Lênin: "Por isso, aspirando continuamente à unidade das nações, sendo inflexivelmente contra tudo o que as divide, devemos ser muito prudentes, pacientes e tolerantes diante das sobrevivências da desconfiança nacional". ("Carta aos operários e camponeses da Ucrânia por motivo da derrota de Denikin" — in "Obras Escogidas", Editorial Problemas).

Como se vê, o internacionalismo proletário não era, para Lênin, um conceito simplista e mecânico, mas um problema de princípios a ser solucionado, nas diversas condições concretas, de modo a garantir, sempre, a "mais completa confiança, a mais estreita aliança entre as massas trabalhadoras dos diferentes países, das diferentes nacionalidades". (Idem, ibidem).

O desenvolvimento desta confiança recíproca entre os trabalhadores de todos os países não é uma simples questão de palavras de ordem, mas de relações baseadas no princípio da plena igualdade entre as nações e entre os partidos operários. Esta é a base marxista-leninista do internacionalismo proletário. Pois bem, sob o sistema do culto à personalidade o princípio da igualdade foi continuamente violado. Como já se indicou anteriormente — observam os ca-

maradas chineses — Stálin manifestou certa tendência ao chovinismo de grande potência nas relações com os partidos irmãos e os países irmãos. O essencial desta tendência é não querer aceitar uma situação independente e igual para os partidos comunistas e os países socialistas na associação internacional. ("Outra vez sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado" — artigo publicado pelo Jen Min Jih Pao, à base de discussão realizada no Bureau Político do C.C. do Partido Comunista Chinês). Aliás, Lênin já denunciara com palavras violentas esta tendência de Stálin, como se pode ver de documentos recentemente divulgados pelo Instituto de Marxismo-Leninismo, anexo ao C.C. do PCUS. (Por exemplo, na carta "A questão das nacionalidades e a 'autonomização'". Ver em "Que é o stalinismo?", edição da Vitória).

Não significou esta tendência, de certo modo aceita pelo nosso partido e por outros partidos comunistas — o caso iugoslavo é um exemplo — uma deturpação do internacionalismo proletário?

Agora, outro depoimento, o do camarada Gomulka no VIII Pleno do Partido Operário Unificado Polonês:

"No sistema do culto à personalidade — escreve Gomulka — o Partido, como entidade, não podia agir independentemente, mas apenas no quadro de sua subordinação ao culto superior. Se alguém tentava ultrapassar esse quadro era ameaçado de excomunhão por seus camaradas. Se o assunto concernia a todo o Partido, este era anatematizado pelos demais partidos. Em tais condições, poderiam estabelecer-se nos princípios da igualdade as relações mútuas de Partidos e Estados, entre Partidos e democracias populares, de um lado, e o Partido Comunista da União Soviética e a União Soviética, de outro? Claro que não. Isso era dificultado pelo sistema do culto à personalidade, sistema organizado com precisão e que esmagava todo pensamento socialista independente". (VOZ OPERÁRIA, 10/11/56).

Os próprios camaradas soviéticos, em diversos documentos, inclusive a nota do governo soviético de 30 de outubro de 1956, reconhecem que houve erros nas relações entre o PCUS e a URSS e outros partidos comunistas e Estados socialistas, erros que feriam princípios do internacionalismo proletário.

Diante de tudo isto, somente o desejo do camarada Marighella de defender seus atuais pontos de vista pode explicar a afirmação de que o internacionalismo proletário "não se aplicava de forma inezata".

É possível que se alegue que tais erros não dizem respeito ao nosso Partido, mas a outros partidos. Mas não é verdade. Ao assumirmos uma atitude de prostração diante dos camaradas soviéticos, aceitando aquela "fidelidade ilimitada ao PCUS e ao grande Stálin" como o alfa e o omega do internacionalismo proletário, nosso Partido tornou-se também conivente com os erros cometidos pelos dirigentes soviéticos.

É verdade que ignorávamos os fatos e não poderíamos, por isso, criticá-los. Mas é

conceito equivocado que tinhamos do internacionalismo — "fidelidade sem limites ao PCUS e ao grande Stálin" — não permitiria, jamais, se levantasse em nosso partido qualquer observação crítica aos atos e às teses dos camaradas soviéticos. Quem tentasse fazê-lo seria fatalmente reduzido ao silêncio ou expulso de nossas fileiras como um cão leproso. Em nome do internacionalismo proletário era exigida a aceitação cega de todas as opiniões, atos, denúncias que partissem dos camaradas do PCUS. Dêmos a capacidade de pensar independentemente, confessa o nosso Comitê Central no projeto de resolução.

Diz o camarada Marighella que esta atitude nada tem a ver com o internacionalismo proletário. É absolutamente certo. Mas o fato é que confundimos a prostração diante da URSS e dos dirigentes do PCUS com o autêntico internacionalismo e, por isso dizemos que é necessário restabelecer o internacionalismo proletário em seu verdadeiro sentido, livrando-o das deformações que nele foram introduzidas durante o sistema do culto à personalidade.

É evidente que essas deturpações do internacionalismo foram prejudiciais, tanto ao nosso Partido como ao próprio PCUS que, há várias décadas, não se beneficia da crítica fraternal dos demais partidos. Tal ausência de crítica nos demais partidos comunistas à ação e à atividade teórica dos camaradas soviéticos não poderia deixar de contribuir, como contribuiu realmente, para a extensão do "culto à personalidade" dentro do PCUS e no movimento revolucionário mundial.

É preciso dizer francamente: não apenas Stálin, mas os dirigentes soviéticos em seu conjunto, foram tomados de uma certa autosuficiência, de um lado, em face dos êxitos do socialismo e do outro lado, em face do aplauso incondicional dos partidos irmãos a todos os seus atos e às teses que punham em circulação.

Semelhante atitude encontrou sua base "teórica" no conceito de "nação dirigente" e "partido dirigente", conceito que é ainda defendido pelo camarada Marighella.

Teoricamente, a admissão desses conceitos choça-se com o princípio marxista da igualdade entre as nações e entre os diversos partidos comunistas e operários. Para que exista uma "nação dirigente" é necessário que se admita a existência de "nações dirigidas", o que é um absurdo dentro de um sistema de Estados independentes e soberanos, como o sistema socialista. Mesmo dentro de uma federação de Estados socialistas não se justificaria a existência de "nações dirigidas" e "nação dirigente", pois o centro comum de direção seria, no caso, não uma nação particular, mas o órgão representativo de todos os Estados federados. Lênin, neste particular, era taxativo: "Nós nos reconhecemos iguais à R.S.S. da Ucrânia e às demais repúblicas, e juntos, em pé de igualdade com elas, ingressamos em uma nova união, em uma nova federação". (Citação do Instituto de Marxismo-Lenin

nismo em nota à carta de Lênin — "A questão das nacionalidades ou a 'autonomização', na qual critica a política de Stálin em relação ao Cáucaso. Ver "Que é o stalinismo?", publicado pela Editorial Vitória).

O conceito de "nação dirigente" implica, também, na existência de uma subordinação: a subordinação dos dirigidos ao dirigente. Como sabe o camarada Marighella, não pode haver nenhuma direção sem subordinação. Assim, aceitando os pontos de vista do artigo do camarada Marighella, teríamos de defender a subordinação dos demais países socialistas à União Soviética, em lugar de defendermos a cooperação entre esses países à base da igualdade de direitos, do pleno respeito à independência e soberania de cada um desses Estados. Teríamos de aceitar, também, a subordinação dos partidos comunistas ao PCUS e não a cooperação e a solidariedade fraternal, baseada nos princípios da igualdade e do respeito mútuo.

O camarada Marighella, para defender a tese de uma nação e de um partido dirigentes argumenta com o conceito de "grande potência" que, a seu ver, determina obrigatoriamente a subordinação dos Estados mais fracos e dos partidos menos experimentados à URSS e ao PCUS. Isto é falso, também. Ninguém pode desconhecer o grande e decisivo papel da URSS e do PCUS na luta mundial contra o imperialismo e pelo socialismo. Mas o poderio econômico e militar que alcançou o primeiro país a ingressar no caminho do socialismo não implica, de nenhum modo, numa subordinação dos Estados socialistas e dos partidos comunistas a este país. Lênin, muito antes do surgimento de um sistema de Estados socialistas, já havia equacionado com a maior clareza esta questão. Dizia ele: "O internacionalismo da nação que oprime ou da nação dita 'grande' (referia-se ele à nação russa, em 1922)... deve consistir não somente no respeito à igualdade formal das nações, mas também em uma desigualdade que compense, do lado da nação opressora, da nação grande, a desigualdade que se manifesta praticamente na vida".

Mais adiante reafirma: "Para o proletário é não somente importante, mas uma necessidade essencial gozar, na luta proletária de classes, o máximo de confiança por parte dos componentes das outras nacionalidades. Que é necessário para isso? É necessário não somente a igualdade formal, mas compensar também, de um modo ou de outro, por seu comportamento, pelas concessões às outras nacionalidades, a desconfiança, o receio, as ofensas que, no passado histórico, causou o governo da nação 'imperialista'. ("A questão das nacionalidades ou a 'autonomização'").

Assim, para Lênin, a situação de "grande potência" não dá a um Estado socialista o direito de subordinar e, portanto, dirigir, outros Estados socialistas, mas lhe impõe o dever de compensar a desigualdade material efetivamente existente através de concessões e ajuda prática às nações mais fracas.

Isto não significa, evidentemente, negar a necessidade de que os demais Estados socialistas e os partidos comunistas

procurem um apoio mútuo não somente entre eles, em seu conjunto, mas também no principal país do tema socialista. Mas este apoio mútuo está muito longe de implicar na aceitação de um país dirigente (isto é, que traze a orientação para outros países) e de um partido dirigente (no qual se subordinem os outros partidos).

Não há, por isto, como deseja o camarada Marighella, um sistema fixo de prioridades na aplicação do internacionalismo, isto é, a obrigatoriedade de que nosso apoio deva ser dado "em primeiro lugar à União Soviética". Não resta dúvida que, pelo seu papel de primeiro país a entrar no caminho do socialismo, a URSS é, e será ainda por muito tempo, o alvo principal dos ataques do imperialismo. Os comunistas, os trabalhadores, os homens e mulheres progressistas de todos os países não podem, um só momento, deixar de se manterem vigilantes contra as maquinacões e intrigas dos inimigos da URSS e da causa do proletariado. Mas, nem por isto, podemos ser esquemáticos. Sem faltar um só momento com o nosso dever de solidariedade aos povos soviéticos podemos modificar, de acordo com as circunstâncias concretas de cada instante, a prioridade deste apoio. Durante a guerra civil espanhola, por exemplo, o apoio do movimento proletário mundial dirigia-se de fato, em primeiro lugar, ao povo espanhol que enfrentava, de armas na mão, os agressores nazi-fascistas. Durante a guerra da Coreia o apoio do proletariado internacional dirigia-se, em primeiro lugar, à República Popular da Coreia e à República Popular da China, vítimas do agressor imperialista.

Ainda aqui, estamos diante de uma questão que, se colocada falsa e mecanicamente, pode ter graves consequências práticas. Por exemplo: se achamos que nosso apoio deve ser dirigido sempre, em primeiro lugar, à União Soviética, não temos por que nos autocríticarmos, como faz o Projeto de Resolução do C. C., pela atitude que tomamos em 1948 diante da Iugoslávia. Na divergência aberta entre o PCUS e os comunistas iugoslavos se aceitamos a tese do camarada Marighella, não tínhamos por que hesitar, ainda quando os camaradas soviéticos estivessem errados (como estavam) e os iugoslavos com a razão. Se outras divergências surgirem entre algum partido comunista ou Estado socialista e o PCUS e o governo soviético adotarmos ainda a posição de 48 em relação à Iugoslávia, caso aceitássemos as posições teóricas defendidas no artigo do camarada Marighella.

Creio que o camarada Marighella, pensando defender o internacionalismo proletário (com o qual todos estamos de acordo, pelo menos os que continuamos comunistas), procura, na verdade, manter-nos em posições de passado que nos levariam a erros graves e prejudiciais a todo o movimento operário revolucionário. Creio que o problema de que ele trata em seu artigo pode ser resumido corretamente, em poucas palavras, neste trecho do Informe de Togliatti ao VIII Congresso do Partido Comunista Italiano:

"O posto que a União Soviética e o partido que a dirige ocupam no mundo socialista, do qual é o eixo e o maior força, é uma realidade determinada historicamente, e que se não pode destruir. O que não há é Estado dirigente, nem partido dirigente. O guia são os nossos princípios..."

TODO organismo vivo, sujeito a sofrer as consequências do contágio e transmissão de doenças, males ou vícios.

Também, por serem organizações vivas, os Partidos Comunistas estão expostos às influências de certas enfermidades. Assim, é que nestes últimos anos cresceu e desenvolveu-se no seio do PCUS um grave e contagiante mal. Trata-se do culto à personalidade, o endosseamento à pessoa de Stálin, que levou à violação de alguns princípios da doutrina marxista-leninista, como: o sufocamento da crítica, a falta de vida coletiva no Partido, a quebra da legalidade socialista, etc.

Os demais Partidos Comunistas sofreram os desastrosos efeitos desta enfermidade, uns mais, outros menos, conforme a aproximação com a política e diretivas de Stálin.

O P.C.B. foi fortemente atingido. Só agora é que se fala em procurar um caminho brasileiro para o curso da revolução, pois até há pouco falar nisso era "romper com o internacionalismo proletário" e como exemplo, mostra-se a Iugoslávia.

Mas, os Partidos Comunistas, como corpos ativos, reagem e

Sobre a Disciplina e a Proletarização do Partido

CAMILO SOUZA

lutam contra os males. É o que fez o próprio PCUS no seu XX Congresso e o que estão fazendo os demais partidos após ouvirem o brado de alerta daquele, contra os desvios, estranhos aos princípios da ciência marxista.

Naquele Congresso, além da revelação dos vários erros cometidos nos Partidos, inúmeras teses novas foram apresentadas, novas perspectivas surgiram nos aproximando mais do futuro. Inclusive foi restituída a liberdade de opinião para todos os militantes expressarem-se livremente sobre as questões da política do Partido. Esta é uma grande oportunidade que nos surge para "por a nu os erros, que em consequência do culto à personalidade, cometemos" (projeto de resolução) e consertar o que de errado resultou.

Após ler as opiniões de vários camaradas, através da imprensa, entro no debate para falar sobre algumas questões que organicamente não cheguet a falar:

1º - Sobre a disciplina partidária.

Em "Doença Infantil do Esquerdismo no Comunismo", Lênin indica as condições necessárias para manter, controlar e reforçar a disciplina férrea no Partido:

- a) pela consciência de vanguarda proletária e fidelidade à revolução, firmeza e espírito de sacrifício, heroísmo.
- b) capacidade de ligar-se às massas trabalhadoras, acima de tudo com a massa proletária, porém, também com a não proletária.
- c) pela justeza da linha política seguida por esta vanguarda, pela justeza de sua estratégia e tática políticas, com a condição das mais amplas massas se convencerem disso, por experiência própria.

Lênin diz que estas condições não surgem do dia para a noite, mas afirma que:

"Sem estas condições, as tentativas de implantar uma disciplina, se convertem inevitavelmente em ficção, frases vazias, em gestos grotescos".

Lendo esta orientação, cheguei à conclusão de que a disciplina usada em nosso Partido é a do respeito incondicional às ordens das direções e não a verdadeira disciplina.

Para aplicar nossa política, fala-se nas "condições locais", mas na prática, as diretivas de cima, mesmo alheias à realidade que são válidas nas discussões, e levadas à execução. Certos dirigentes dizem a assistentes ou militantes de bases: "O bom militante não traz dificuldades dos locais para a direção resolver, ele resolve por lá".

Greves arrancadas de qualquer maneira, trouxeram derrotas para as massas, pessimismo para os militantes e rudes e severas críticas aos quadros responsáveis (isto se deu em Criciúma). Militantes combativos e dedicados, capazes de enfrentar as piores atrocidades policiais, nas reuniões criticados por companheiros do CC pareciam crianças travessas escutando temerosas os conselhos e as ameaças de seus tutores (isto se deu no CR Curitiba).

Ultimamente as direções já não partilhavam da responsabilidade pelos erros cometidos; estes eram atribuídos a militantes individualmente. O método da imposição foi se propagando e pela força do hábito se tornando norma partidária para a maioria dos militantes, inaceitável para os que se afastavam e desagradação para os que iam diminuindo sua produção sem a necessária coragem para falar francamente e travar luta contra estes erros e desvios.

Desse modo, as coisas começaram a ser examinadas e resolvidas mais do ponto de vista individual e não do conjunto e

a vida coletiva no Partido em Santa Catarina cessou.

Estes erros, jamais devemos deixar que se repitam.

Penso que para reconduzir nosso Partido ao terreno firme dos princípios, uma das condições principais é o estabelecimento da liberdade de crítica para todos os militantes, o direito para a minoria expressar livremente suas opiniões, ressaltando a obrigação de darmos esforços em conjunto para a prática dos trabalhos, a fim de impedir solução de continuidade na marcha do Partido.

Penso ainda que nosso Partido não possui as condições necessárias para a prática da disciplina férrea. Não obstante, temos que lutar para sermos disciplinados; logo, nossos Estados devem refletir esta situação.

O isolamento das direções superiores e intermediárias para com as organizações de base, afastou o Partido da realidade dos locais e deu margem à idealização de diretivas pela cabeça dos dirigentes, dificilmente praticáveis. Daí as imposições para "romper as dificuldades" e mais tarde as medidas para "superar as debilidades ideológicas" dos companheiros. Estas debilidades, providas da ideologia burguesa no seio do Partido, eram consequências da predominância dos elementos de origem burguesa no Partido. Corrigindo estas debilidades, o Partido em Criciúma, por exemplo, isolou os intelectuais e apoiou-se no operariado, para proletarizar o Partido. Mas a situação agravou-se. Também os proletários não aceitaram os métodos de imposição que continuaram de pé, em vigor. Mas o combate à ideologia estranha prosseguiu.

Se um funcionário em má situação reclamava medidas, a solução era: sim, vamos ver, mas o camarada está sem confiança no Partido, desesperado. Isso são debilidades ideológicas que o camarada precisa vencer.

Muitos quadros com essa "ajuda ideológica" rebentaram-se e outros em condições de atuar, sentiram-se duvidosos diante destes exemplos e receios em aceitar a tarefa.

A fraternidade e a solidariedade partidária, começam a se apagar no Partido, com tais métodos de trabalho.

Estou convencido que de todas as classes e camadas sociais, a mais combativa e revolucionária, interessada no triunfo do socialismo, é a classe operária. Entretanto, penso que a ideologia do proletariado pode ser interpretada tão bem por um operário como por um intelectual.

A questão está em que sem a democratização no Partido, sem uma linha política ajustada à realidade local, sem justos métodos de tratamento tanto para a massa partidária, como para a não partidária, não pode nosso Partido dar livre curso à ideologia do proletariado. O que está claro, e a vida demonstramos a cada dia, é que sem sararmos as enfermidades existentes no corpo do nosso Partido, a classe operária não poderá senti-

do como o intérprete de sua ideologia, o portador de sua aspiração: a "abolição da exploração do homem pelo homem".

Temos condições para superar as debilidades que nosso Partido sofre atualmente. A ciência marxista-leninista, a doutrina comunista, está, como sempre, certa e inabalável, à disposição dos que a queiram usar corretamente, a fim de triunfar na luta pela emancipação nacional, pelas liberdades e pela paz. Resta saber se os nossos camaradas, principalmente os dirigentes superiores e intermediários, estão dispostos a romper com os métodos em uso no Partido e a se adaptarem às novas exigências que a vida nos apresenta. É assim que poderemos atingir um Partido disciplinado, proletarizado do ponto de vista ideológico, capaz de se defender melhor dos efeitos contatantes de certos males.

Tenho a impressão que a oportu-

tidade dá margem a que muitos companheiros honestos mas desiludidos com o modo de agir do Partido, se entusiasmem e reconheçam a luta de modo novo e criador. Também nosso Partido deve reconsiderar a situação de alguns companheiros leais, que, embora alastados, estejam agora dispostos a colaborar com o Partido nesta reviravolta que começamos a efetuar.

Os fatos aqui levantados, com relação à prática de erros foram também por mim praticados ou aceitos. Estou certo que a maioria dos militantes que cometeram ou partilharam dos erros em discussão, se recuperarão e saberão trabalhar agora por novos caminhos para reforçar o Partido, arma de orientação política da classe operária e do povo brasileiro.

SANTA CATARINA

MOÇÃO DO C. E. FERROVIÁRIO DA ALTA SOROCABANA

O Comitê de Empresa Ferroviário da Alta Sorocabana, reunido em pleno ampliado, depois de discutir o Projeto de Resolução do Comitê Central e a carta da camarada Prestes, resolveu enviar a seguinte moção ao Comitê Central do P.C.B.

Camaradas do C.C. É com entusiasmo que saudamos o Comitê Central por ter lançado o Projeto de Resolução, abrindo a discussão dos problemas levantados no XX Congresso do P.C.U.S. e sobre a vida de nosso Partido.

Reconhecemos as dificuldades que atravessa o Partido na clandestinidade, mas achamos que foi prejudicial a demora do pronunciamento desse organismo sobre os importantes problemas levantados no XX Congresso e seus reflexos na vida de nosso Partido.

Estamos convencidos de que a discussão servirá para reforçar ainda mais política, orgânica e ideologicamente o nosso Partido.

Enquadramos nos princípios marxistas-leninistas para conquistar novas vitórias e libertar nosso povo do jugo imperialista.

Tudo pela unidade do PCB! O Comitê de Empresa Ferroviário da Alta Sorocabana

Aos Participantes no Debate

Visando possibilitar uma participação mais ampla dos nossos leitores nos debates que se vêm travando, nos jornais populares, em torno dos temas decorrentes do XX Congresso do PCUS, a VOZ OPERÁRIA publicará, a partir do próximo número, acompanhando suas edições normais de doze páginas, um BOLETIM DE DEBATE, no qual serão inseridos os artigos enviados à nossa redação.

Desde logo desejamos insistir em três questões, a primeira das quais — referida na edição em que reabrimos os debates — diz respeito à transcrição de artigos. A VOZ OPERÁRIA não transcreverá artigos publicados em outros jornais, a menos que se trate de caso excepcional, a critério da redação.

Pedimos aos nossos leitores que não deixem de levar em conta esse critério, a fim de evitar prejuízos aos que aguardam a publicação de seus trabalhos, evitar o desperdício de espaço e evitar, ainda, que sejamos obrigados a adiar a publicação de certos artigos até a comprovação de que não foram publicados em outros jornais. Aqueles que desejam publicar artigos na VOZ OPERÁRIA pedimos, pois, que enviem seus trabalhos exclusivamente à nossa redação, uma vez que não seria justo um só artigo ocupar espaço em dois ou mais órgãos da imprensa popular, enquanto dezenas de colaboradoras esperam uma oportunidade.

Queremos ainda solicitar aos leitores que, ao escreverem seus artigos, procurem limitar-se a um máximo de 3 laudas (espaço dois) datilografados, ou ao espaço correspondente manuscrito, pois a publicação de artigos muito longos reduz consideravelmente o número de participantes no debate, em cada edição.

Aqueles que desejarem assinar artigos com pseudônimo devem comunicar, pessoalmente ou por carta, seu nome, não somente em atenção a um princípio de responsabilidade, como porque isso facilitará à redação o entendimento com os autores dos artigos nos casos em que isso se torne necessário.

AS MASSAS, O INDIVÍDUO E A HISTÓRIA

(Conclusão da 5ª pag.)

A burguesia exalta seus líderes, destaca-os, exagera seus méritos para enganar as massas os comunistas, sob o pretexto de luta contra o culto à personalidade, silenciam sobre seus líderes, evitam destacá-los ou simplesmente os atacam.

O Partido, não pode cumprir sua missão se não possui em suas fileiras homens queridos e respeitados pelas massas, merecedores de sua confiança. Nesse Partido, para cumprir seu papel histórico, necessita forjar mais e mais seus quadros dirigentes, ajudá-los e desenvolver-se, torná-los conhecidos e estimados das massas. Os quadros dirigentes com autoridade entre as massas não são um produto de si mesmos, detêm uma soma de experiência e conhecimentos que lhes deu o Partido e o movimento revolucionário. São um patriotismo do Partido e da classe operária. Seria verdadeiramente funesto destruir ou malbaratar esse patrimônio.

O culto à personalidade nada tem a ver também com o respeito ou acatamento e mesmo com as manifestações de aplausos aos órgãos dirigentes do Partido. Os órgãos de direção, traduzem as opiniões dos militantes e se se apoiam na teoria marxista-leninista, apresentam a sabedoria coletiva do Partido. E devem gozar do apoio pleno do Partido para

bem dirigir o Partido e o povo.

O respeito e as manifestações de apoio aos órgãos de direção não significa render culto, constitui uma necessidade do movimento comunista, uma exigência do próprio centralismo democrático. A luta contra os órgãos dirigentes do Partido, sob o pretexto de combate ao culto à personalidade, debilitaria a unidade das nossas fileiras, seria uma luta de tipo fracionista, contrária aos interesses do Partido. Quanto mais discutimos e criticamos os defeitos, mas e mais devemos cerrar fileiras em torno do Comitê Central e do chefe do nosso Partido, o camarada Prestes.

Constitui igualmente uma falsa avaliação do papel das personalidades na História, algumas opiniões emitidas a respeito de Stálin, na discussão que travamos. Ao condenar justamente o culto à personalidade de Stálin e suas consequências, alguns camaradas caem no extremo oposto.

Stálin cometeu erros e alguns erros graves. Enveredou por uma senda perigosa nos últimos anos de sua vida. Enviudeceu-se. Atribuiu a si mesmo o que pertencia a todo o partido e ao povo. Não só permitiu mas estimulou o culto a sua pessoa. Substituiu o método leninista de direção coletiva pelo método individual. Violou a legalidade soviética, em alguns casos.

Tais erros causaram prejuízos na União Soviética e em outros países. Estes erros foram condenados no XX Congresso do PCUS e dele devemos tirar a experiência necessária.

Mas Stálin foi um dos mais eminentes marxistas de sua época e o maior revolucionário da Rússia, depois de Lênin. Os povos soviéticos e os explorados de todo o mundo muito devem a Stálin por suas contribuições pessoais à luta pela derrocada de czarismo e pela construção da sociedade socialista na União Soviética. Graças a firme direção de Stálin e de outros camaradas do PCUS, foi possível esmagar no campo ideológico e político perigosas tendências que, se vingarem, teriam levado a Revolução a uma situação muito difícil ou mesmo ao fracasso. Stálin contribuiu para a derrota dos hitleristas, inimigos jurados da humanidade. Quando mais não fosse, seu nome foi uma grande bandeira de luta, na União Soviética e em todo o mundo. Suas obras, ainda que devam ser lidas com espírito crítico, contém valiosos ensinamentos marxistas que ajudam os comunistas de todos os países.

É necessário, portanto, apre-clar com equilíbrio a personalidade de Stálin e o papel que jogou na História. Stálin teve muito mais lados positivos, co-

mo revolucionário e dirigente do Partido, do que lados negativos.

Isto devemos ter em conta, quando criticamos e combatemos os erros que cometeu. Na sua linguagem a respeito de Stálin deve ser a linguagem que usamos entre comunistas. Não pode ser a mesma empregada pela reação e pelos piores inimigos dos povos.

Importância grande, tem assim uma justa compreensão não somente do papel desempenhado pelas massas, mas também do papel que jogam os indivíduos, os líderes e os tidos revolucionários na História.

—

O papel das massas e do indivíduo na História é uma questão de grande atualidade. A denúncia do culto à personalidade de Stálin, feita no XX Congresso do PCUS, propicia ambiente para um amplo e proveitoso debate sobre esta questão. Este debate nos ajudará a romper com velhas posições sectárias assim como gopear manifestações de tendências anarquistas.

Muito poderá avançar o movimento revolucionário brasileiro, se assimilarmos, todos nós dirigentes e militantes do Partido, a concepção de Marx e Engels sobre a História.

RESOLUÇÕES

DO CD MAUÁ

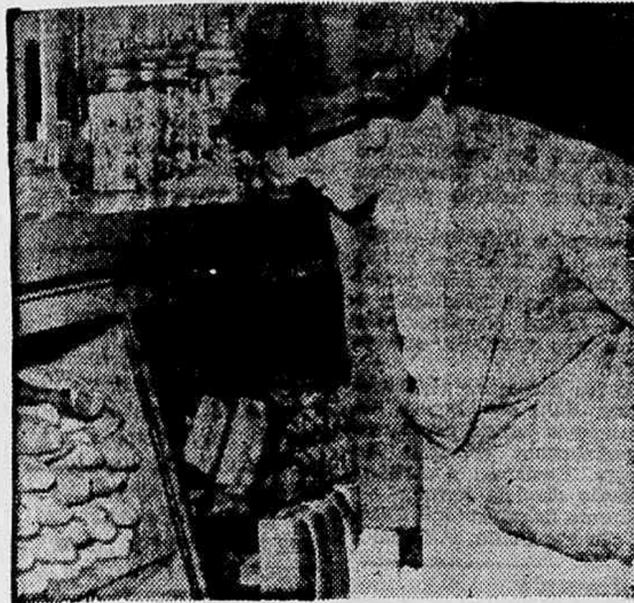
O CD Mauá do PCB, reunido em pleno ampliado para discutir o Projeto de Resolução do CC do PCB e sua estruturação, depois de animados debates, dentro dos princípios democráticos, resolveu:

1. Conclamar aos operários e moradores do bairro a apoiar a atitude da União Soviética, para garantir a continuação do poder nas mãos dos operários e camponeses húngaros, impedindo a instauração do fascismo;
2. Lutar para unir e organizar os operários e moradores do bairro, na luta pela defesa das liberdades democráticas e na conquista de uma reivindicação;
3. Batalhar para democratizar sua vida interna, defendendo o princípio da direção coletiva, certo de que a quebra desses princípios nos leva como levou, a falsos métodos de direção;
4. Conclamar a todos os militantes e organismos a cerrarem fileiras em torno do Comitê Central e de seu Presidium e do Comitê Regional, confiante que estes organismos serão capazes de colocar o Partido dentro dos princípios leninistas;
5. Que o C.C. aprofunde a auto-crítica do Projeto de Resolução e tome em suas mãos, como é de seu dever, a publicação dos artigos, garantindo o livre debate de princípios e impedindo a divulgação de artigos anti-leninistas, que têm por objetivo desmoralizar as direções e liquidar com o Partido;
6. Sugerir ao CC, que os casos de todos os elementos afastados e expulsos, por discordância política e que não trairam o Partido, sejam estudados todos a fim de serem readmitidos.

Rio, novembro de 1954.

Fracassou J. K., Neste Primeiro Ano De Govêrno, no Combate à Inflação

RAZÃO: PRETENDE ENFRENTAR A SITUAÇÃO COM PALIATIVOS, EM LUGAR DE ADOTAR MEDIDAS PRÁTICAS E EFETIVAS QUE FEREM INTERESSES DOS MONOPÓLIOS NORTE-AMERICANOS E DE PODEROSOS GRUPOS ECONÔMICOS — O «PROGRAMA» DO DEPUTADO SÉRGIO MAGALHÃES E OUTRAS PROVIDÊNCIAS IMEDIATAMENTE EXEQUÍVEIS



★
Nem o pão chamado "popular" escapou à onda de aumentos de 1956. O pão de 50 gramas passou de Cr\$ 0,70 a Cr\$ 0,90, o de 200 gramas de Cr\$ 2,70 a 3,50 e o de 500 gramas de 7,00 a 8,50. Um aumento médio de 26%.



Retrato da inflação: quem vai à feira com uma quantidade de dinheiro fixa — suponhamos, 500 cruzeiros — compra cada semana menor quantidade de mercadorias. E que os preços já se encontram modificados, para mais. Noutras palavras: é que o dinheiro já passou a valer menos.

VIOLENTA A SUBIDA DOS PREÇOS EM 1956

★
A carestia da vida continua a flagelar o povo brasileiro. No quadro acima, no qual relacionamos alguns gêneros e serviços fundamentais, vemos que durante o primeiro ano do atual governo os preços subiram violentamente. Para as mercadorias e serviços relacionados no quadro que apresentamos, a média dos aumentos é superior a 40%. Não se incluem aí, entretanto, roupas, calçados, produtos farmacêuticos que sofreram aumentos ainda mais violentos. Sapatos que custavam, em janeiro de 56, entre 400 e 500 cruzeiros, custam hoje de 700 a 900 cruzeiros!

Não há ainda um levantamento escrupuloso do aumento do custo da vida durante o ano passado. Mas as estimativas feitas até agora calculam uma elevação de 26 a 33%.

No discurso de Ano Novo, o governo anunciou que iria travar, agora, a batalha do abastecimento para conter o aumento do custo da vida. Mas a verdade é que a batalha não foi iniciada, enquanto os preços continuam numa ascensão violenta. Nas primeiras semanas deste mês elevaram-se os preços da

carne verde, ovos, farinha de mandioca, feijão, etc. Que faz o governo? Que faz o COFAP?

Até agora têm feito promessas, enquanto os preços continuam a subir.

Pode-se afirmar, sem margem a contestação, que o aumento do salário-mínimo e os aumentos de ordenados do funcionalismo, do ano passado, já foram praticamente tragados pela carestia.

O povo, particularmente as massas trabalhadoras, não pode ficar mais de braços cruzados. Necessita lutar pelo reajustamento dos salários e ordenados de acordo com os novos índices do custo da vida e por medidas práticas contra a inflação e a carestia. Algumas dessas medidas estão indicadas no trabalho que publicamos, nesta mesma página, sobre o surto inflacionário. Outras podem e devem ser estudadas nos sindicatos e associações populares, em mesas redondas com economistas, técnicos e autoridades que se interessam realmente pelo melhoramento do nível de vida do povo. Organizada e pacificamente, os trabalhadores e o povo têm con-

O crescimento do surto inflacionário é dos mais graves problemas com que se defronta o país. Apesar das medidas anunciadas pelo governo para contê-lo, a verdade é que, durante o ano de 1956, as emissões de papel-moeda e a expansão dos meios de pagamento atingiram cifras raras, muito além do ritmo de crescimento da produção nacional. Segundo cálculos do sr. Lucas Lopes, presidente do BNDE, os meios de pagamento cresceram, no último ano, à razão de 2% ao mês (ou seja 24% durante o ano) ao passo que o aumento da produção foi, em 1956, de apenas 1%.

Todo mundo sabe que a expansão dos meios de pagamentos numa proporção muito superior ao crescimento da produção (no caso brasileiro, de 24 para 1!) significa, na realidade, uma desvalorização da moeda (em nosso caso, uma desvalorização violentíssima), que se exprime através do aumento incontornável dos preços e, portanto, do custo da vida.

Segundo dados apresentados pela imprensa carioca, a em cerca de 26%. (Mais do que em 1955, quando o custo de vida aumentou de 21%). Assim, no curto período de dois anos, os índices gerais dos preços aumentaram de 42%, e que resulta num intolerável impacto sobre os salários e ordenados das grandes massas populares.

AS EMISSÕES

O atual governo não emitiu papel-moeda durante os meses de fevereiro e março do ano passado (os primeiros meses de sua administração). Mas, a partir de abril, a guitarra começou a funcionar num ritmo crescente, como se pode ver do seguinte quadro:

emissões de abril	1 bilhão e 900 milhões
emissões de maio	2 bilhões e 100 milhões
emissões de junho	1 bilhão e 500 milhões
emissões de julho	700 milhões
emissões de setembro	700 milhões
emissões de outubro	1 bilhão e 200 milhões
emissões de novembro	800 milhões
emissões de dezembro	4 bilhões e 400 milhões

As emissões de 1956 totalizaram, portanto, a soma de 12 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, o que elevou a mais de 80 bilhões de cruzeiros o papel-moeda em circulação.

EMPRÉSTIMOS AO TESOURO

Mas o surto inflacionário não se mede, apenas, pelo total de papel-moeda emitido. Também dele participam os adiantamentos feitos pelo Banco do Brasil ao Tesouro Nacional, sob a forma de empréstimos não resgatados. Esses adiantamentos somaram, durante o ano de 1956, cerca de 23 de bilhões de cruzeiros, em sua maior parte ainda não resgatados pelo governo.

privilégios odiosos de que desfrutam, atualmente, os poderosos grupos econômicos, particularmente os monopólios imperialistas.

MEDIDAS DE COMBATE À INFLAÇÃO

O deputado Sérgio Magalhães expôs na Câmara, um plano razoável de combate à inflação. O governo do sr. Kubitschek, entretanto, não só não tomou conhecimento das medidas ali preconizadas como chegou a vetar uma delas (redução do ritmo de remessa de lucros para o exterior), aprovada pelo Congresso.

Entre as medidas de combate à inflação apresentadas pelo deputado Sérgio Magalhães figuram:

- 1 — utilização pelo governo de saldo de divisas de que dispõe, o que pode render nos leilões de ágios cerca de 6 bilhões de cruzeiros;
- 2 — venda, no mercado internacional, do estoque agrícola em mãos do governo que atinge um montante de 10 bilhões de cruzeiros;
- 3 — corte das despesas orçamentárias supérfluas, que resultaria numa economia de 9 bilhões de cruzeiros;
- 4 — suspensão das remessas de lucros para o exterior, o que possibilitaria a obtenção no orçamento cambial, de uma renda de cerca de 5 bilhões de cruzeiros;
- 5 — reforma das tarifas alfandegárias;
- 6 — reforma cambial que termine com a especulação e a fraude no comércio exterior;
- 7 — intervenção nos bancos que concedem créditos destinados à especulação.

A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O governo teve em mãos, deste modo, consideráveis recursos financeiros (cerca de 36 bilhões de cruzeiros decorrentes das emissões de papel-moeda e dos adiantamentos do Banco do Brasil), afóra os recursos orçamentários normais (arrecadação de impostos, rendas do patrimônio da União, etc.) e mais os ágios arrecadados na venda de divisas.

Esses recursos, entretanto, não foram aplicados, como deveriam, em investimentos produtivos. Grande parte deles foi consumido em despesas improdutivoas. Isto não consta de nenhum relatório oficial, mas pode ser facilmente deduzido dos seguintes fatos: a queda muito forte do ritmo de crescimento da produção nacional em 1956 (de apenas 1%, quando a média dos anos anteriores fora de 5,6%) e a necessidade de que teve o governo de elevar impostos e taxas para o financiamento de vários planos de investimentos (Petrobrás, fundo de marinha mercante, fundo de eletrificação, etc.). Mesmo para a redução do déficit orçamentário o governo lançou mão, desastrosamente, do aumento do imposto de consumo.

INFLAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Estes fatos por si mesmos contrariam a tese dos que afirmam que o atual surto inflacionário é «uma necessidade» imposta pelo ritmo de desenvolvimento econômico do país, desenvolvimento este resultante, em boa parte, de investimentos diretos do Estado ou de créditos concedidos pelo poder público a empresas particulares.

Não resta dúvida que as inversões estatais e o financiamento aos empreendimentos industriais exercem uma determinada pressão inflacionária, pois elevam as despesas do Estado. Mas essa pressão inflacionária decorrente dos investimentos produtivos é contrabalançada pelo aumento da produção com o funcionamento das novas empresas criadas.

Assim, a inflação não resulta forçosamente de uma política de industrialização e desenvolvimento econômico, mas de uma orientação antipopular desta política, que consiste em descarregar sobre as costas das massas as dificuldades financeiras atuais, para não se tocar em

Além dessas medidas, profundamente exequíveis, impõem-se outras, tais como o estabelecimento de relações comerciais normais e amplas com todos os países socialistas (assim seria possível a realização de importantes economias de divisas, a obtenção de melhores preços para nossos produtos nos mercados internacionais, assim como a venda, por exemplo, do estoque de produtos agrícolas em mãos do Banco do Brasil). Outra medida prática de combate à inflação seria a modificação da atual lei que taxa os lucros «extraordinários», de modo a que desestimulasse a especulação com os preços das mercadorias e serviços a que se entregam as grandes empresas, particularmente os poderosos trustes norte-americanos.

Somente através dessas e de outras medidas práticas será possível o estancamento da inflação, que não se conseguirá jamais, como pretende o sr. Kubitschek, através de aumentos de impostos que pesam na bolsa do povo, ou através da obtenção de empréstimos onerosos nos bancos norte-americanos.

UM ANO DE CARESTIA

	janeiro de 56	janeiro de 57
Açúcar	9,50	13,50
Arroz amarelo	14,00	23,00
Azeite nacional	35,00	50,00
Banha	39,50	45,00
Bacalhau	55,00	70,00
Batata	6,00	12,00
Café (xicara)	1,00	1,50
Carne verde (1ª)	40,00	44,00
Carne seca	46,00	50,00
Feijão	20,00	28,00
Farinha	6,00	11,00
Farinha de trigo	418,00 (saco 50 kgs.)	496,00
Gás liquefeito	130,00	227,00
Gasolina comum	6,80	8,70
Leite	6,00	7,60
Leite em pó	41,00	51,00
Macarrão	28,00	33,00
Manteiga	80,00	100,00
Pão (50 gramas)	0,70	0,90
Sal	5,00	8,00
Bondes (seção)	1,00	1,50
Onibus (aumento médio) ..	3,00	5,00
Cigaros (aumento médio) ..	6,10	7,10
Guaraná	4,00	6,00
Barbeiro (médio)	20,00	27,00
Tinturaria (1 terno)	40,00	52,00

Voz dos Leitores

Contra a Entrega de Fernando de Noronha

FERNANDÓPOLIS, S.P. (Do Correspondente) — Contra o voto de apenas dois vereadores, a Câmara Municipal desta cidade aprovou um requerimento do vereador pesseista Fernando Jacob, propondo que a Casa se manifestasse junto ao Presidente da República contra a entrega de Fernando de Noronha.

«Precisamente no momento internacional — diz a moção aprovada — em que todos os povos oprimidos lutam denodadamente pela libertação nacional, não se justifica que o Brasil faça uma concessão de tal natureza, e que importará em inexplicável restrição de sua soberania.»

A patriótica atitude da edilidade local obteve integral aplauso do povo, que também está se dirigindo em memoriais ao sr. Juscelino Kubitschek, protestando contra a entrega de nossa ilha.

JOÃO PESSOA, Pb. (Do Correspondente) — Realizou-se nesta capital uma conferência do deputado José Joffily, abrindo os debates sobre a entrega de Fernando de Noronha aos americanos.

O conferencista manifestou-se contra a cessão da estratégica ilha, embora dissesse que o acórdio já estava praticamente concluído. Os assistentes interromperam fre- testando vigorosamente con-



qüentemente o orador, protra a impatriótica atitude do governo.

Diversos memoriais e abaixo-assinados estão colhendo assinaturas por toda a cidade. Ao presidente da República foi enviado um abaixo-assinado com 297 assinaturas ao Ministro da Guerra outro com 287 firmas.

CATAGUAZES, M.G. (Do Correspondente) — A debatida questão da cessão da ilha de Fernando de Noronha

para a instalação de bases de foguetes teleguiados do governo norte-americano, provoca vivas discussões nesta cidade e encontra formal repulsa da maioria da população. Entre outras formas de protesto, inscrições são feitas nos muros da cidade exigindo que o governo adote a única posição compatível com os interesses nacionais: a rejeição da proposta colonizadora e guerreira dos militaristas lanques.

Repete-se em Campos o «caso» da Confiança:

AMEAÇADOS DE DISPENSA EM MASSA OS OPERÁRIOS DA «TÊXTIL CAMPISTA»

DO correspondente da VOZ em Campos, (R. J.), recebemos:

«Situação grave estão enfrentando atualmente os operários da «Têxtil Campista», com os vencimentos atrasados há mais de três meses e com a ameaça de serem despedidos em massa, sumariamente. Os proprietários da empresa são o chamado «grupo Guinle» (maior acionista) e os srs. Francisco Xavier Casção, Arthur Machado Foz de Miranda e José Padilha Nunes Coimbra.

1.219 operários ameaçados

A fábrica tem 1.219 operários, a maioria com famílias. Muitos deles têm mais de quarenta anos de casa e não poderiam recomeçar de novo a luta pela vida. Para piorar a situação dos trabalhadores, que já não tinham dinheiro, o crédito que eles mereciam foi cortado.

Segundo tudo indica, os patrões estão querendo desfazer-se da fábrica. O grupo Padilha Coimbra vendeu há um ano várias máquinas da mesma (6 penteadeiras, 12 máquinas de fição, 1 batedor, 30 teares, 6 cardos e uma retrocedeira). Por outro lado, em balanço publicado na imprensa local, a empresa apresentou um déficit de 95 milhões de cruzeiros (23 milhões ao Banco Cívica, 14 milhões ao Banco do Brasil, 46 milhões ao grupo Guinle, 7 milhões ao IAPI, 4 milhões de salários atrasados e 1 milhão a firmas da cidade).

Garantir os direitos dos operários

Uma comissão de operários procurou, no Rio, entender-se com os srs. Otávio Guinle e Eduardo Guinle Filho, mas estes recusaram-se a atendê-los. Os Guinles alegam que foram

vítimas de um golpe, tentando vestir-se com pele de cordeiro, e dizem que não sabem da venda das máquinas e que não investirão nem mais um centavo na fábrica.

A principal luta dos operários, no momento, é o pagamento dos atrasados. Isso pode ser feito imediatamente, pois há 1.900.000 metros de pano em estoque. É necessário, entretanto, que os trabalhadores saibam lutar todos juntos, estreitamente unidos, para que seus direitos sejam reconhecidos e atendidos.

A empresa está sendo administrada por uma junta governativa de cinco elementos, com a qual os operários não estão satisfeitos. A junta nega-se a esclarecer-se qualquer coisa aos operários e se esconde das comissões.

Há dias, num domingo, um dos diretores da fábrica levou um provável comprador para visitar o estabelecimento, escolhendo esse dia para não encontrar os operários. No entanto, eles estavam vigilantes e cercaram-no, exigindo explicações. O diretor ameaçou retirar todo o pano da fábrica, no que foi impedido pelos trabalhadores, e na outra visita que fez com outro comprador, quase foi linchado pelos operários.

Os trabalhadores da «Têxtil Campista» estão com disposição de lutar intransigentemente por seus direitos. Contam com a solidariedade de todos os sindicatos de Campos (como os de têxteis, metalúrgicos, da Usina, rural, motoristas, padeiros, etc.) e estão apelando para a ajuda de todos os operários do país. Unidos, organizados e contando com a solidariedade dos demais trabalhadores, conquistarão a vitória.

Felicitações Pelo Aniversário de Luiz Carlos Prestes

A propósito do aniversário natalício de Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do P.C.B., recebemos com pedido de publicação, votos de felicitações do Comitê Distrital de Itajaí do P.C.B. A mensagem diz que com reunião ampliada, especialmente para festejar o 59.º aniversário do camarada Prestes, o C. D. votou por unanimidade esta mensagem, augurando-lhe muitos anos de vida, saúde e liberdades.

Dos portuários de Santos, Antônio Maia, Bernardino dos Santos, Pedro Gomes da Costa, Francisco R. Garcez e Xisto C. de Azevedo, recebemos igualmente uma mensagem de congratulações pelo 59.º aniversário de Prestes.

POSTA RESTANTE

Registramos o recebimento das seguintes cartas:

Nazareno Ciavatta (Ribeirão Preto, S.P.) — Escreve sobre a posição do jornal «Notícias de Hoje» frente a problemas dos trabalhadores rurais paulistas. Remetemos a carta à redação daquele jornal.

Clodomiro Cezimbra Annes (Cruz Alta, R.G.S.) — Escreve pedindo que este jornal transmita suas felicitações a Luiz Carlos Prestes, pelo transcurso de seu 59.º aniversário.

Pedro Rodrigues (Ribeirão Preto, S.P.) — Escreve sobre alguns jornais populares, especialmente «Notícias de Hoje». Enviaremos a carta à redação daquele jornal.

Carmo Bega, Antônio Diatta, Silvério Diatta, P. Camilo,

Antônio Gonçalves, Francisco Lukosic e J. Romão (S. Paulo) — Agradecemos e retribuimos os votos de feliz ano novo.

Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos (DF) — Agradecemos e retribuimos os votos de feliz ano novo.

DESCONTO

ABUSIVO DO IAPI

ESCREVE-NOS um leitor de Itapetininga: «os beneficiados do IAPI foram prejudicados pelo Instituto, que aumentou a percentagem dos descontos no mês de setembro, mas só passou a pagar o aumento dos benefícios no mês de novembro. Assim, dois meses sofreram os beneficiados um desconto maior, sem que recebessem o aumento correspondente. Os beneficiados desejam que essa irregularidade seja remediada com a devolução da quantia indevidamente descontada.»

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydano do Couto

Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17.º and., s/ 1.712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Annual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte: Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2,00

Goias e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSAIS:

SAO PAULO — Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 28, 2.º and. — Tel. 37-4983.
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43.
RECIFE — Rua Floriano Peixoto n.º 85 — 3.º and. — s/ 326.
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.
SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada)
JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1.º and. — Salas 3 e 4. Enderço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZ PÉRIA



MENORES EXPLORADOS NA «CERÂMICA RIO ACIMA»

DO CORRESPONDENTE da VOZ em Mogi das Cruzes (S.P.), recebemos:

«Na «Cerâmica Rio Acima», desta cidade, pertencente ao sr. Pedro Romero, trabalham cerca de 200 operários, entre maiores e menores. Estes últimos fazem serviço de adultos e recebem salários de aprendizes, embora não estejam cursando o SENAI ou o SENAC, o que é ilegal. Os menores são obrigados a empurrar carrinhos e vagonetas de tijolos, bater bastão e maromba. Mesmo quando estão estafados, têm que continuar o trabalho sob os berros dos encarregados Dantas e Machado.

Os pagamentos ultimamente estão se atrasando até mais de dois meses, o que cria uma situação insustentável para os operários, principalmente com a elevação contínua do custo da vida. Além disso, há dois funcionários do escritório (Nilo e Tuffy, que usam várias manobras para que os trabalhadores percam seus direitos. Houve casos de operários que tinham seis períodos de férias atrasadas; eles pagaram uma ou duas e fizeram os trabalhadores assinar quitação sobre as demais férias.

As condições de higiene não existem. A água para beber é servida em latas sujas.»

Passateia em João Pessoa Contra Aumento de Onibus

JOÃO PESSOA, Pb. (Do

Correspondente) — O povo desta Capital trava luta contra o aumento das passagens dos transportes coletivos elevadas de Cr\$ 2,00 para Cr\$ 3,00. O aumento foi decidido numa reunião com o Secretário do Interior (do governo estadual), embora a Câmara Municipal e o prefeito tivessem se pronunciado enérgicamente contra a pretensão altista.

Aumento ilegal

O aumento das passagens foi ilegal, pois não pode ser

resolvido numa reunião da Secretaria do Interior que nada tem com o assunto). Depois que carros do governo passaram a transportar os passageiros, devido ao «lock-out» das empresas, estas chegaram até a transportar o povo gratuitamente durante um dia, tentando desmoralizar a ação do governo.

O prefeito da cidade colocou-se ao lado do povo, recusando-se inclusive a comparecer à reunião, pois não tinha autoridade para resolver o caso. Coerente em sua atitude, o prefeito concitou o

povo a não pagar o aumento e telegrafou ao presidente da República protestando contra a intervenção do governo estadual.

Passateia popular

A luta popular acentuou-se. Os sindicatos lançaram volantes contra o aumento. Juntamente com os vereadores anti-altistas, o povo realizou uma passeata até a Prefeitura, tendo ali discursado o Prefeito.

A situação ainda não está resolvida, mas a luta popular continua.

Por Um Caminho Italiano Para o Socialismo

23. A situação de miséria em que se encontram milhões de cidadãos italianos impõe que um aspecto fundamental do novo desenvolvimento da política econômica antimonopolista seja o da radical modificação da atual política social do Estado. A procura dos meios mais oportunos para dar uma imediata satisfação às necessidades urgentes da grande massa de desempregados e de miseráveis deve ser orientada no sentido da realização de um sistema de segurança social, que seja capaz de garantir «a todo cidadão incapaz para o trabalho e desprovido dos meios necessários para viver, o direito à manutenção e à assistência social», prevista pela Constituição (art. 38). As primeiras medidas que podem constituir o início de uma situação integral do problema parecem ser as seguintes:

- o controle democrático dos fundos governamentais destinados à assistência; estes não devem ser mais colocados à disposição de organizações que não dependam estreitamente da nação e que não estão subordinadas ao controle parlamentar, como a Obra Vaticana de Assistência;
- a transformação do seguro contra a doença em um serviço sanitário nacional que garanta a assistência a todos os cidadãos; melhoramento da indenização econômica aos trabalhadores em caso de doença, acidente e tuberculose; ajuste das rendas para invalidez permanente e a morte motivada pelo trabalho; extensão da assistência econômica à maternidade para as parceiras e todas as camponesas;
- ajustamento dos mínimos de pensão e extensão da pensão aos cultivadores diretos e aos parcelos, às donas de casa, aos artesãos, pequenos comerciantes e vendedores ambulantes; o direito a uma pensão vitalícia para os velhos que não têm e que não possuam uma renda superior a 60.000 libras por ano;
- duplicação do salário-família para os trabalhadores agrícolas;
- reforma do sistema atual do seguro contra o desemprego e da organização em vigor das agências de empregos, a fim de garantir:

- o mínimo de assistência, durante um período determinado do ano, a todos os desempregados inscritos na primeira e na segunda classe;
- o funcionamento do sistema de emprego de maneira que, garantindo a repartição justa e imparcial do trabalho e a aplicação plena dos mínimos obrigatórios em mão de obra, possa planificar a formação e a qualificação dos trabalhadores em função das modificações tecnológicas e das possibilidades de emprego;
- aumento dos créditos e organizações de todo um sistema de cursos profissionais;

24. Os meios financeiros que, em medida crescente, o Estado deve destinar às suas intervenções na economia nacional e às despesas de caráter social não poderiam ter toda sua eficácia progressiva, mesmo no quadro de uma orientação antimonopolista das próprias intervenções, se continuarem a ser retirados — como ocorre hoje — de uma renda pública baseada na tributação sobre os mais pobres. Uma eficaz reforma fiscal se apresenta, portanto, entre as reformas mais urgentes, atingindo a própria estrutura de nossa sociedade.

Um sistema fiscal democrático deve basear-se no caráter pessoal e progressivo do imposto, como a Constituição estabelece (art. 53), reduzindo-se racionalmente os inumeráveis impostos e taxas atualmente em vigor e livrando em particular as camadas médias dos vexames e das injustiças fiscais a que se acham subordinadas. O mínimo vital deve ficar livre de qualquer tributação direta ou indireta.

PELO RENASCIMENTO DO SUL

25. A luta pela restauração plena das liberdades e dos direitos democráticos dos cidadãos e em prol de um nível

OS CLÁSSICOS DO MARXISMO

Já está à venda o primeiro volume, da série de três, das OBRAS ESCOLHIDAS de K. Marx e F. Engels, reunindo alguns dos mais importantes trabalhos desses dois fundadores do socialismo científico.

Obra de indiscutível valor para os que desejam possuir melhores conhecimentos da economia política, da filosofia e do materialismo histórico.

Vol. de 480 páginas, impresso em papel Bouffant de 1ª, capa em cartão cromo duplex — Cr\$ 90,00.

Atendemos pelo Serviço de Reembolso Postal

Pedidos à

EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA

Rua Juan Pablo Duarte, 50 — Sob.

(PROJETO DE TESES PARA O VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO)

de vida mais elevado dos trabalhadores, e em um regime das discriminações, o desenvolvimento do «auto-governo» local e em primeiro lugar a instituição das regiões e o respeito à autonomia da Sicília e da Sardenha, a reforma agrária geral, a orientação antimonopolista na política econômica, as medidas contra as manifestações mais flagrantes da miséria e do desemprego, constitui a única plataforma de política meridionalista capaz de orientar no sentido de uma solução os agudos problemas do sul. A tentativa da maioria governamental de fugir uma vez mais à substância do problema meridional concentrando sua intervenção no simples prolongamento dos créditos e da atividade da «Cassa do Meio Dia» e por conseguinte tanto mais grave por estar ela ligada e subordinada aos pedidos feitos recentemente pelos monopólios através da C.I.P.E.S. Isso não significa que não seja possível e justo abrir, a fim de que ao prolongamento dos créditos da Cassa correspondam ao menos estas modificações na orientação de sua atividade que possam permitir uma escolha menos ocasional dos programas, do controle mais estrito sobre as despesas e um ritmo da própria despesa mais concentrado e mais rápido.

Os problemas essenciais relativos ao renascimento do meio-dia continuam sendo, porém, problemas de modificação estruturais, como a única base possível para realizar a reabsorção duradoura na produção de algumas novas centenas de milhares de trabalhadores. Nesse âmbito, assumem relevo particular, no meio-dia, as questões relativas à reforma agrária geral, à qual se ligam a transformação dos institutos de reforma, a mudança na orientação do Instituto para a reconstrução industrial, as medidas em prol das atividades industriais pequenas e médias, a reforma fiscal e a revisão na política de proteção aduaneira.

A primeira condição para a realização desse programa de lutas e de reivindicações sulistas é um maior desenvolvimento do movimento unitário pelo renascimento do meio-dia, o qual, por uma continuidade maior de suas iniciativas, um aprofundamento mais sério de sua plataforma, uma melhor articulação das atividades dos partidos, dos sindicatos, das organizações de massa e dos grupos de políticos e de cultura que reconhecem a função unitária na orientação do Comitê Nacional do renascimento, deve realizar as condições necessárias para ampliar ulteriormente sua ação e sua influência.

PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

26. A luta pela renovação econômica e política do país são chamadas a prestar uma contribuição de grande importância grande massa de mulheres particularmente vítimas de tudo o que há de mais retrógrado na economia, na sociedade e nos costumes.

Os direitos reconhecidos e as novas condições de vida previstas para as mulheres na Constituição estão longe de ter sido realizados. Não se observa o direito das mulheres ao trabalho. Tanto como questão de princípio como reivindicação que corresponda às graves exigências econômicas das mulheres e das famílias; não existe igualdade de salário para um trabalho igual; impede-se o acesso das mulheres a todas as carreiras; não se reconhece o valor social do trabalho da dona de casa. O progresso democrático e a própria evolução dos costumes e dos lares das mulheres italianas torna imperativo a eliminação das condições de inferioridade impostas hoje às mulheres no domínio jurídico e familiar. Trata-se, portanto, de promover e de realizar no domínio legislativo a revisão das leis que dizem respeito à igualdade dos cônjuges no casamento, o reconhecimento dos filhos ilegítimos, e a autoridade paterna. Em torno dessas questões é possível hoje, graças à coincidência nas posições assumidas por diversos movimentos de mulheres, determinar no país um movimento real de opinião pública e de massas capaz de levar à uma solução essas reivindicações, de modo a criar condições de vida e de trabalho radicalmente diferentes e modernas para as mulheres italianas.

A primeira condição para o surgimento desse vasto movimento é o desenvolvimento e o reforço da União das Mulheres Italianas como organização de massas, capaz de dar impulso a grandes ações unitárias da maioria das mulheres italianas para atingir sua emancipação. Na medida em que a União das Mulheres Italianas possa expressar uma política e uma ação unitárias, e ter caráter autônomo em face dos partidos e dos movimentos políticos, ela poderá tanto melhor exercer sua função e contribuir para o desenvolvimento de toda ação democrática.

No entanto, essa autonomia não deve significar o desinteresse dos comunistas e sobretudo das mulheres comunistas com respeito à atividade de organização de massas das mulheres e de seu desenvolvimento político e de organização. O contrário é a verdade. A luta pela emancipação da mulher em que a União das Mulheres Italianas tem um papel decisivo a representar não pode ser travada fora da participação e da atividade das mulheres comunistas, que, ombro a ombro com todas as demais mulheres que participam na vida e na atividade da União das Mulheres Italianas, deve ali trabalhar a fim de superar as debilidades que ainda entravam seu desenvolvimento e a realização de suas tarefas específicas e insubstituíveis.

PELO FUTURO DA JUVENTUDE

27. A condição humana da maioria dos jovens italianos é também caracterizada por estado de profundo mal-estar material e moral: desemprego, exploração, desenvolvimento débil da instrução e da educação, e a impossibilidade — para a maioria dos jovens — de viver uma existência livre que

poderia ser hoje garantida pelo desenvolvimento da vida moderna. Tudo isso produz entre os jovens italianos a tendência à solidariedade e à orientação comum para promover o progresso social. Na luta unitária para a solução desse problema as jovens gerações constituem uma força decisiva para a renovação e a transformação do Estado democrático. A orientação unitária das novas gerações é acentuada por outro lado, pelo fato de serem, fundamentalmente, fiéis aos ideais de liberdade, de paz e de justiça social, expressos na Constituição Republicana.

As condições estão portanto maduras para o desenvolvimento de um amplo movimento de jovens que se proponham, com base na Constituição, eliminar os obstáculos de ordem econômica, social e política, que impedem uma participação plena dos jovens na vida do Estado. Os jovens italianos podem, hoje, igualmente, unir-se nas lutas necessárias em prol do alívio na tensão internacional da solidariedade ativa com respeito a movimentos de libertação dos povos coloniais, na ação para promover uma ampla solidariedade e unidade de todos os países europeus à base de uma política de paz e de progresso social. Se as condições existem, portanto, para uma ampla retomada de iniciativa política, entre as jovens gerações, isso não esgota o problema complexo de ação das forças democráticas com respeito à juventude. Os comunistas e democratas devem contribuir para o múltiplo desenvolvimento de vastas atividades associativas, culturais, esportivas, cooperativas, sindicais, etc., com a finalidade de acolher e de satisfazer as exigências naturais das novas gerações. O complexo problema dos jovens só pode ser abordado e resolvido se se levar em conta desses dois traços característicos do trabalho entre as massas de jovens: autonomia política e grande desenvolvimento nas atividades de massas.

Para realizar esse complexo trabalho é necessário:

- que a Federação dos Jovens Comunistas se torne cada vez mais uma poderosa organização de massas da juventude, guia das lutas unitárias dos jovens e escola do comunismo;
- que todo o movimento popular e democrático considere como dever próprio o desenvolvimento de uma atividade complexa e variada que procure elevar a consciência democrática dos jovens, unilos e organizá-los para torná-los realmente os protagonistas de nossa vida nacional.

REFORÇO E RENOVAÇÃO DO PARTIDO

28. A realização de um programa de ação para o renascimento democrático e socialista da Itália exige a organização permanente da maioria da classe operária e das classes trabalhadoras na cidade e no campo, para obter êxito pelo meio da mobilização cotidiana de milhões de homens, mulheres e jovens nas lutas econômicas e políticas, para quebrar a resistência oposta pelos grupos políticos sociais à renovação da sociedade e do Estado, e para isolá-los. A tarefa central do P.C.I. é ser, de fato, a força de vanguarda decisiva nesse movimento popular, vasto e organizado, e é para realizar essa tarefa fundamental que se torna preciso impulsionar a construção do Partido, organizar seu regime interno e suas relações com o conjunto do movimento popular.

No redemoinho constante das lutas e dos contrastes dos últimos dez anos, que duramente selecionou suas forças, o Partido se reforçou consideravelmente, consolidou as amplas adesões obtidas durante a libertação, renovou e selecionou seus efetivos graças à troca das cadernetas e ao recrutamento anual, tornando-se cada vez mais um partido de massa mas também de quadros, partido que conta com uma força de mais de dois milhões de inscritos, sendo meio milhão de mulheres, ao lado dos quais há uma Federação dos Jovens Comunistas com cerca de 400 mil membros.

Este partido educou e formou os homens e as mulheres que estão à frente do movimento operário e democrático no parlamento, nas assembleias regionais, provinciais e municipais, nos sindicatos e nas cooperativas, nas associações democráticas, culturais, femininas e de jovens; educou e formou intelectuais e técnicos de grande valor cuja contribuição é insubstituível para o desenvolvimento da cultura nacional; educou e formou homens e mulheres honestos e capazes, que a preço de grandes sacrifícios pessoais e por meio de um trabalho ininterrupto dirigiu em todo país, nas grandes cidades do norte e nas vastas áreas remotas do meio-dia, um esforço incessante de mobilização democrática do povo italiano.

29. O desenvolvimento ulterior que significa reforço e renovação do «Partido novo», isto é, um grande partido de massas capaz de realizar sua tarefa de dirigir nacionalmente a classe operária, com ligações profundas e permanentes com todas as camadas do povo trabalhador, organizado à base do centralismo democrático, apresenta problemas novos e complexos de direção e de organização. Para criar esse grande partido nacional da classe operária e do povo italiano, foi necessário, imediatamente após a libertação, realizar rapidamente, e em grande parte a partir da cúpula, um trabalho urgente: promover o desenvolvimento e o reforço do partido em todas as regiões, formar em todas as províncias núcleos dirigentes capazes de aplicar a justa linha do partido e promover sua organização; criar seções comunistas em todas as aldeias; educar quadros de base possuidores dos primeiros princípios do comunismo. A transferência de uma parte das tarefas da direção central para os camaradas enviados para as direções dos comitês regionais e das federações, no envio de camaradas das organizações mais poderosas para as mais fracas, «os construtores», as grandes campanhas políticas, a divulgação do diário nacional do Partido a atividade educativa por meio de cursos populares e de escolas rápidas a fim de garantir o preparo inicial de dezenas de milhares de quadros novos, a campanha por um esforço particular de reforço das organizações meridionais, tais foram os instrumentos de uma política de organização que deu ao partido as forças necessárias para guiar as grandes lutas pela paz, pela liberdade e pelo trabalho, travadas no curso destes anos e para vencer a grande batalha do 7 de junho de 1953. (Continua)

Deve Ser Levado ao Congresso o Acôrdo de Fernando Noronha

CONSUMOU-SE, com a troca de notas entre os governos brasileiro e norte-americano (dia 21, no Rio) a cessão da Ilha brasileira de Fernando de Noronha aos Estados Unidos, para a instalação, por aquela potência estrangeira de uma base de foguetes teleguiados. De acôrdo com as notas trocadas: 1) a cessão da Ilha vigora pelo prazo de cinco anos, prorrogável; 2) as instalações serão construídas por técnicos norte-americanos, assistidos por técnicos brasileiros; 3) as instalações ficarão sob o comando de oficial brasileiro, só podendo ser hastado na Ilha o pavilhão nacional brasileiro; 4) os técnicos norte-americanos na base serão gradativamente substituídos por técnicos brasileiros; 5) as instalações serão incorporadas ao patrimônio brasileiro, sem qualquer indenização. Além desses aspectos do acôrdo, há um outro (item 6 da nota) de suma gravidade, que reconhece terem sido «aumentadas as responsabilidades do Brasil com o estabelecimento da base» e prevê «um exame das responsabilidades daí decorrentes» em comum com o governo dos Estados Unidos. Trata-se, pelo visto, de acréscimo de nossas responsabilidades em função da política de guerra dos Estados Unidos. É isso que deixa bem claro a entrevista (comentada em outro local desta edição) do ministro Macedo Soares.



PARLAMENTARES, líderes políticos, estudantes, trabalhadores e populares estiveram presentes ao ato público promovido pela União Nacional dos Estudantes (Rio, dia 18) para protestar contra a entrega de Fernando de Noronha aos militaristas dos Estados Unidos, que ali começam a instalar uma base de teleguiados.

A PRECIPITAÇÃO DO ACÔRDO

O acôrdo para a cessão de Fernando de Noronha foi feito precipitadamente. É fato que o assunto vem sendo discutido há meses, no seio do governo e, posteriormente, na imprensa e entre a opinião pública. Sua conclusão, porém, foi evidentemente precipitada, no momento em que se avolumou a pressão para que o assunto fosse levado ao Congresso Nacional. Quando essa exigência ganhou corpo — o que se verificou nas duas últimas semanas — enquanto se aproximava a data (1 de fevereiro) de instalação da próxima sessão legislativa, o presidente da República decidiu realizar o acôrdo, desprezando a opinião nacional, inclusive a opinião de ponderáveis correntes dos partidos políticos e forças parlamentares que o apoiam. Sob pressão do Departamento de Estado, o governo vacilou e cedeu, antes que a vontade do povo pudesse exprimir-se no Con-

gresso, cujo pronunciamento era encarado com temor, em Washington.

A AUDIÊNCIA DO CONGRESSO

O presidente da República não podia, porém, concluir o acôrdo sem a audiência do Congresso Nacional. Ao fazê-lo, violou a Constituição, que determina seja autorizada pelo Congresso a permanência de tropa estrangeira em território nacional, bem como qualquer acôrdo que envolva a participação do país em guerras. Ora, no caso da cessão de Fernando de Noronha é precisamente disso que se trata e, daí, o medo da audiência do Congresso. Esta é, porém, uma questão que permanece na ordem do dia, apesar dos esforços em contrário feitos, inclusive, pelo sr. Macedo Soares pessoalmente — agindo, no caso, como caixa

de ressonância da embaixada lanque.

UMA CAMPANHA NACIONAL

A luta contra a entrega de Fernando de Noronha é uma campanha nacional que já conta com o apoio de ponderáveis correntes políticas e de grande parte da opinião pública. Contra a entrega já se pronunciaram numerosas entidades sindicais em todo o país, a União Nacional dos Estudantes e outras organizações estudantis, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, deputados da UDN, PTB, PSD e outros partidos menores, da maioria ou da oposição, prestigiosos órgãos da imprensa, etc. Através de comícios, atos públicos e outras manifestações, especialmente em São Paulo, amplas camadas do povo exigiram do governo a não realização do acôrdo contrário aos interesses nacionais. A Assembleia Legislativa de Pernambuco e diversas câmaras municipais do país pronunciaram-se por uma discussão responsável do problema, pelo Congresso. O sr. Kubitschek, porém, preferiu ceder ante a pressão dos belicistas de Washington, fazendo caso omisso da vontade e dos interesses superiores da nação, não vacilando, para satisfazer ao Departamento de Estado, em violação da Constituição do país, que jurou cumprir, e os compromissos assumidos com os trabalhadores e o povo, em sua recente campanha eleitoral.

O povo brasileiro, porém, não considera terminada a batalha e saberá continuar lutando para que venham a prevalecer sua vontade e os interesses da liberdade, do progresso e da soberania da pátria.

«A CONTRA-PARTIDA PODERIA SER O BOMBARDEIO DAS COSTAS BRASILEIRAS»

Que o Congresso Nacional deve discutir o acôrdo sobre a cessão de Fernando de Noronha é a opinião de diversos líderes parlamentares, expressa na própria reunião com eles promovida, no Itamarati, pelo sr. Macedo Soares e na qual tentou o chanceler, «habilitemente», encerrar o assunto. O próprio sr. Macedo Soares declarou à imprensa, antes da reunião (tarde do dia 21) que «assistia ao Congresso o direito de discutir a questão, quando reabrissem os trabalhos parlamentares».

No encontro dos líderes, porém, foi feita uma tentativa de apresentar o acôrdo como fato consumado, cabendo ao líder governista no Senado, sr. Apolônio Sales, dar o «tom» da reunião, em declarações à imprensa, logo após:

«O ministro Macedo Soares — disse — reuniu os líderes dos Partidos políticos no Congresso, por uma deferência especial. O chanceler franqueou aos que ali compareceram o documento oficial do acôrdo, sem que se tratasse do exame ou não do documento pelo Congresso, de vez que os entendimentos estão concluídos e o acôrdo assinado em cumprimento a tratados internacionais firmados pelo Brasil».

FATO CONSUMADO, NÃO

Coube ao sr. Kerginaldo Cavalcanti (líder do PSP no

Senado) pronunciar-se em primeiro lugar contra aquela orientação:

«O assunto deve ser debatido pelo Congresso Nacional, pela sua gravidade, que reputo excepcionalíssima. Sugerir, ainda, que deveríamos ir além do Congresso e chegar a ouvir o próprio povo, através de um plebiscito. Acho que uma vez verificada a guerra o Brasil está, automaticamente, dentro dela, porque este chamado posto de observação se destina justamente a controlar a direção do foguete para o alvo desfechado e a contra-partida seria o bombardeio, em réplica, desse posto e, bem assim, das costas do Nordeste brasileiro.»

O sr. Atilio Vivacqua (líder do PR no Senado) combateu energicamente a instalação da base e o Acôrdo Militar de 1952, do qual, disse, «vimos sofrendo periodicamente as consequências.»

O sr. Afonso Arinos (líder da UDN na Câmara) afirmou que, em face do item 6 da nota, o acôrdo despertaria vivos debates entre os parlamentares da oposição,

na Câmara. Acrescentou o líder udenista que o item 6, que prevê a ampliação das responsabilidades do Brasil, por si só justifica que a audiência do Congresso. O sr. João Vilas Boas (líder da UDN no Senado) manifestou-se, também, favorável a que a matéria seja submetida ao Congresso Nacional. Somente, pois, os líderes governistas manifestaram a tendência a considerar o ajuste como fato consumado, embora, em seus partidos (PSD-PTB) essa tendência não encontre a acolhida de todos. A posição do PSB já é conhecida. O PL é, igualmente, favorável à audiência do Congresso.

EXIGIRÃO A AUDIÊNCIA

Os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista e numerosos outros, de vários partidos, exigirão que o governo submeta o acôrdo ao Parlamento e essa exigência poderá ser vitoriosa, se contar com um vigoroso apoio de massas.

Opinião Ianque: «O Brasil Agora Está Mais Vulnerável»

«O BRASIL está, agora, mais vulnerável ante um agressor eventual». Esta é a opinião de altos círculos norte-americanos, segundo telegrama da AFP, procedente de Washington no dia seguinte à assinatura do acôrdo de Fernando de Noronha. «Insiste-se, a propósito (nos mesmos círculos) no aumento das responsabilidades militares do Brasil» — acrescenta o despacho. São os próprios norte-americanos, pois, que proclamam as graves consequências que se procurou ocultar do povo brasileiro.

O próprio sr. Macedo Soares informou, porém, à imprensa (dia 22) que já se começara a «estudar» a cláusula 6 do acôrdo. Isso significa um maior entrosamento do Brasil na política agressiva do Pentágono e uma maior carga sobre os ombros do povo e a economia nacional, que terá que arcar com as crescentes despesas militares. Washington já assinalou, aliás (segundo o referido telegrama da AFP) que, em face do «aumento das responsabilidades militares», o Brasil «não dispõe, atualmente, de meios adequados de defesa». Precisa comprá-los aos fabricantes norte-americanos de armamentos.

«A CESSÃO DA ILHA NÃO É IMPOSIÇÃO DOS TRATADOS CELEBRADOS COM OS EE.UU.»

A CESSÃO de Fernando de Noronha para base de teleguiados não é uma imposição dos tratados já celebrados entre o Brasil e os Estados Unidos. Esta afirmação é do sr. Raul Fernandes, ex-ministro do Exterior dos governos Dutra e Café Filho. O sr. Raul Fernandes, cuja trajetória no Itamarati caracterizou-se pelo mais extremado entreguismo, é insuspeito para afirmá-lo, não só por sua posição de subserviência ao Departamento de Estado, como porque foi ele próprio um dos autores do Tratado de Assistência Recíproca, de 1947, invocado na nota de cessão de Fernando de Noronha para justificar a entrega da Ilha.

«O acôrdo com essa finalidade — afirmou, em entrevista à imprensa do Rio, o ex-chanceler — não é uma imposição do Tratado de Assistência Recíproca (de 1947), nem do Convênio de Assistência Militar, de 1952. Não é uma imposição prescrita nesses ajustes, pois neles nada se contém que obrigue o governo, contratualmente, a estabelecer aquele posto na Ilha».

O sr. Raul Fernandes, reafirmando sua velha e conhecida posição de entreguista, não deixa de esclarecer que é favorável à proposta de entrega de Fernando de Noronha para a base de teleguiados. Mas acrescenta, encarando o problema do ponto de vista dos tratados concluídos com os Estados Unidos: «Nosso governo, porém, não está obrigado a aceitar a proposta».



O DEPUTADO (PSD) Dagoberto Sales fala em ato público realizado pela UNE contra a entrega de Fernando de Noronha. Deputados estudantes e operários resolveram visitar a Ilha, para comprovar a denúncia de que, antes mesmo do acôrdo firmado, os americanos já preparavam a instalação da base.